RELATÓRIO TÉCNICO

Diagnóstico da Região 8 - Castro e Ponta Grossa para subsidiar os Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo

FASE II
PARANÁ PRODUTIVO
DESENVOLVENDO O ESTADO DO FUTURO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SUMÁRIO

1. REGIÃO 8 – PONTA GROSSA 3
1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução 3
1.2 Demografia 4
1.3 Educação 9
1.4 Saúde 22
1.5 Setor Privado 28
1.6 Infraestrutura 36
1.7 Considerações Acerca da Região 40
2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 08 - PONTA GROSSA 41
2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico 41
2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias 46
2.3 Oficina de Priorização 51
3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO 57
3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização 59
3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná 62

1. REGIÃO 8 – PONTA GROSSA

1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução

Este relatório integra um trabalho de diagnóstico elaborado a partir do mapeamento de dados socioeconômicos e indicadores de oito regiões a serem atendidas pelo *Programa de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado*, que de maneira resumida, é chamado de *Paraná Produtivo*. Neste relatório são apresentados os resultados da Região 8, que engloba municípios que são localizados desde o norte central do Estado do Paraná, passando pelo sudeste, centro oriental e até a região metropolitana de Curitiba, em uma superfície territorial de 25.810 km^2. Esta região, que ocupa o equivalente a 12,91% do território total do estado, é composta por 19 municípios, listados a seguir: Arapoti, Cândido de Abreu, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Parte dos municípios da Região 8 integra, ainda, uma região historicamente conhecida como Campos Gerais, devido às suas características específicas relacionadas à geografia e à vegetação do território.

Nas próximas seções serão apresentadas informações sobre a Região 8, por meio da análise de dados socioeconômicos organizados em 2021, durante a realização de um conjunto de oficinas realizadas na região. Além desses dados, também serão utilizados resultados de estudos censitários, estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério do Trabalho e Previdência. A apresentação das informações, bem como as suas análises e interpretação, estão organizadas e obedecerão a uma divisão em seções associadas a um conjunto de cinco temas:

- Demografia;
- Educação;
- Saúde;
- Setor Privado;
- Infraestrutura.

O Programa Paraná Produtivo é organizado em eixos, que se relacionam na construção do desenvolvimento econômico no contexto do desenvolvimento sustentável. Portanto, demografia, educação e saúde fazem parte do Eixo Pessoas, setor privado faz parte do Eixo Sistemas Produtivos e o último tema faz parte do Eixo Infraestrutura. O Eixo Governança articula todos os temas envolvendo as comunidades das regiões no desenvolvimento dos Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo Integrado.

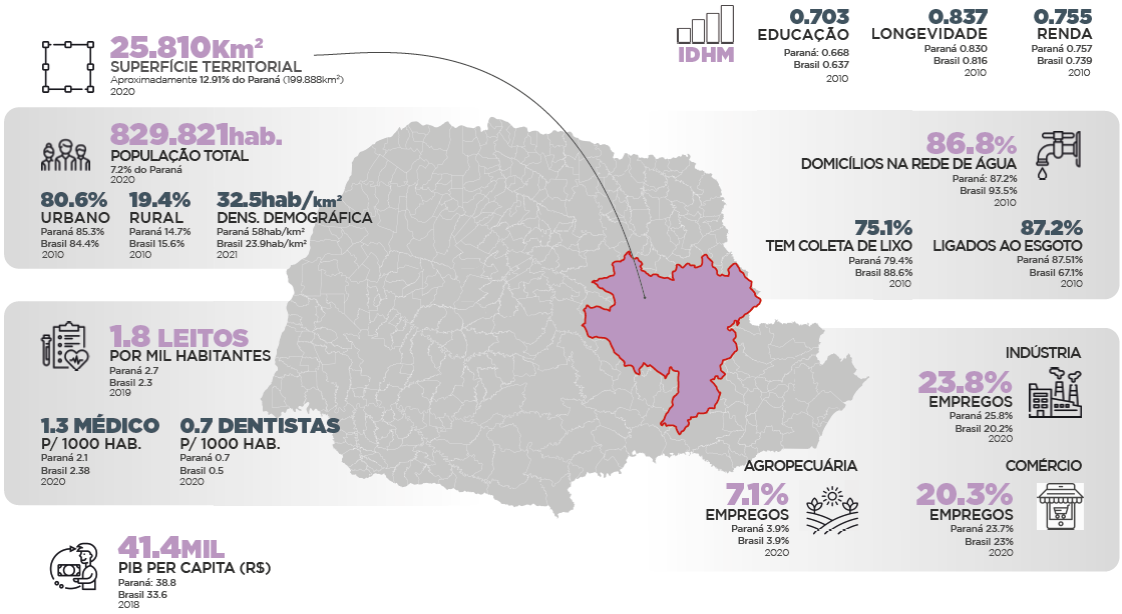
Na seção em que se trata da demografia serão apresentados dados e indicadores vinculados à projeção populacional, densidade demográfica, bem como um perfil populacional de acordo com os extratos de faixa etária e sexo. A seção destinada à educação apresenta um diagnóstico da região a partir de indicadores ligados a essa atividade, tais como número de matrículas, índice de desenvolvimento da educação, distorção idade-série, bem como os respectivos impactos destes nos dados socioeconômicos.

Já na seção dedicada ao setor privado é feito um diagnóstico ligado à movimentação da economia, da renda e das características dos empregos na região. Na seção dedicada à saúde é apresentado um diagnóstico da disponibilidade de leitos, médicos e dentistas, na região, além de um panorama sobre as taxas de mortalidade infantil. Por fim, na seção dedicada à infraestrutura é apresentado um balanço relacionado à coleta de lixo, conexão com a rede de água tratada e a rede de esgoto. Na mesma seção também é apresentado um panorama a respeito das telecomunicações, particularmente em relação à telefonia móvel, e do acesso à energia elétrica em propriedades rurais.

Em todas as seções o diagnóstico é acompanhado de comparações em relação a dados socioeconômicos do Estado do Paraná e do Brasil. Para facilitar a visualização inicial das informações, a Figura 1 apresenta uma perspectiva geral de alguns dos dados relevantes da

região. Esses dados, que serão objeto de comentários nas seções apresentadas a seguir, representam o cenário disponível no momento em que foram realizadas as oficinas na região.

FIGURA 1: Dados relevantes - Região 8



FONTES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Previdência.
Nota: Os valores de IDH-M (Educação, Longevidade e Renda) dizem respeito ao município melhor colocado da região em 2010, Ponta Grossa.

1.2 Demografia

Pontos de Atenção:

- Heterogeneidade Demográfica indica uma grande diferença no porte das cidades que compõem a região;
- População projetada em ascendência, diferenciando-se de outras regiões do Paraná;
- Valor Médio de Razão de Dependência pouco acima do Paraná e do Brasil;
- O valor de Razão de Dependência da População Jovem indica a necessidade de programas dedicados ao desenvolvimento de crianças e jovens.

Como indicado na seção anterior, a Região 8 é composta por 19 municípios e reúne uma população total de 829.821 habitantes, o que representa 7,2% da população paranaense, de acordo com projeções de 2020[1]. Segundo as mesmas projeções, a região apresenta uma heterogeneidade do ponto de vista demográfico, uma vez que é constituída por municípios de pequeno porte, de médio porte e de grande porte[2].

[1] Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, Projeção da população dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.
[2] Neste relatório o porte dos municípios, conforme limite de quantidade de habitantes, obedece à classificação do IBGE (2010): 1) Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes; 2) Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes; 3) Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; 4) Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes; 5) Metrópole: 900.001 habitantes ou mais. Fonte: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/informacoes-socioterritoriais/.

Como exemplo desta heterogeneidade, a população do menor município, Porto Amazonas, corresponderia a menos de 1% (4.793) da população da região, enquanto a população do maior, Ponta Grossa, seria aproximadamente 42,8% (352.749) do total. Ainda segundo as mesmas projeções, somente a população dos três maiores municípios, Ponta Grossa, já mencionado, Telêmaco Borba (79.609) e Castro (71.107), concentravam cerca de 61% da população total da região. Apenas 2 municípios apresentaram entre 30 e 50 mil habitantes: Jaguariaíva e Palmeira; enquanto os outros 14 (73,4%) municípios possuíam população menor que 30 mil habitantes.

Estas projeções obtidas para a população dos municípios da Região 8 não são diferentes do que ocorre em escala estadual ou nacional. De acordo com dados do mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná, quase 83% dos municípios possuem menos de 30 mil habitantes, enquanto no Brasil esse valor é próximo de 80%.

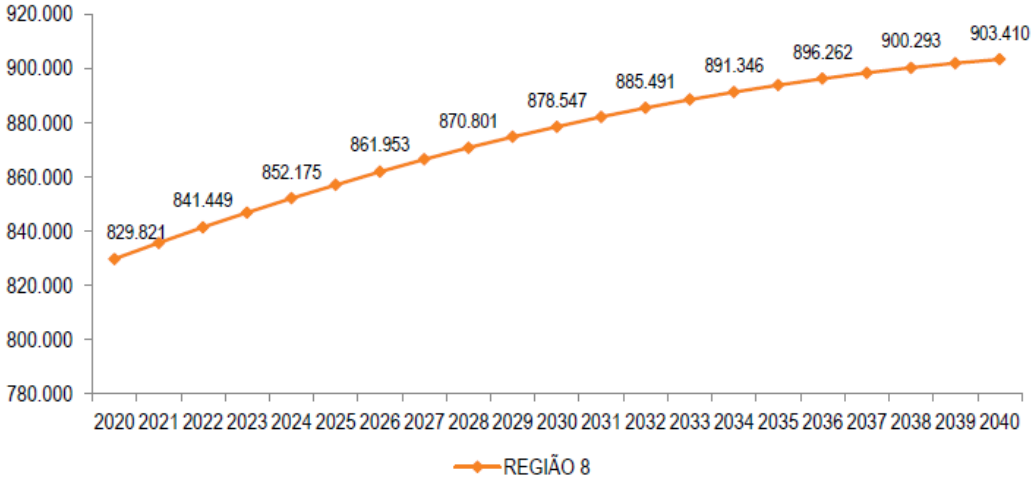
Segundo projeções do IPARDES, em 2021 a densidade demográfica da Região 8 era de 32,5 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km^2), menor que a do Estado do Paraná, de aproximadamente 58 hab./km^2, e maior que a densidade demográfica média brasileira[3], de 23,8 hab./km^2. Para se ter uma ideia da escala em que a densidade demográfica da região se encontra, o município paranaense com a maior densidade demográfica é Curitiba, com 4.078,56 hab./km^2, sendo a 7ª maior densidade dentre as capitais brasileiras e a 23ª dentre todas as cidades do país. Tipicamente, capitais e regiões metropolitanas possuem maiores valores de densidade demográficas por causa do processo de verticalização das moradias, o que, neste caso, indica que um processo de verticalização das construções ainda não tão acentuado na Região 8.

Outro aspecto relacionado à densidade demográfica da Região 8 é a distribuição da população entre as zonas rural e urbana, como indicado na Figura 1. De acordo com o censo de 2010, dado disponível no momento da realização das oficinas, 80,6% da população da Região 8 morava na zona urbana, enquanto que 19,4% morava na zona rural. Apesar de estar ligado a uma tendência geral das cidades, esses dados apresentam uma ligeira diferença em relação ao Estado do Paraná e ao Brasil. No mesmo período, 85,3% dos paranaenses habitavam a zona urbana e 14,7% moravam na zona rural. No Brasil, também de acordo com o censo de 2010, a população urbana era de 84,35% e a rural de 15,65%, resultados próximos daqueles obtidos para o Paraná.

Esta diferença na distribuição populacional da Região 8 em relação ao Paraná e ao Brasil, pode ter consequências no perfil das atividades econômicas e na atuação do setor produtivo da região, indicando a necessidade de ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas considerando o lugar onde vivem, além de possibilidade das movimentações migratórias que favoreçam o desenvolvimento regional.

[3] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Com%20o%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,(km%C2%B2)%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.

GRÁFICO 1 – População Projetada da Região 8 entre 2020 e 2040



FONTE: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

O Gráfico 1 apresenta uma projeção populacional da Região 8 entre os anos de 2020 e 2040. Por esta projeção, a região tem uma tendência de aumento populacional ao longo dos próximos 20 anos, com um acréscimo de quase 9% de sua população, atingindo o patamar de mais de 903 mil moradores. Entretanto, dos 19 municípios da região, segundo as previsões do IPARDES, apenas 9 deverão apresentar crescimento populacional até 2040: Arapoti, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Piraí do Sul, Ponta Grossa, São João do Triunfo, Telêmaco Borba e Ventania. Quanto aos demais municípios, as projeções indicam que os mesmos devem apresentar queda populacional, particularmente após 2030.

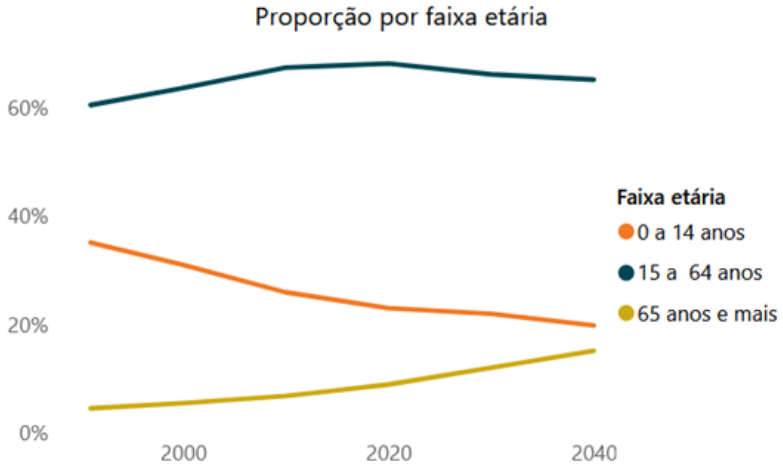
As mesmas projeções indicam que a população estadual apresenta uma tendência de crescimento de 8,9% até 2040, com incremento de cerca de 1.000.000 pessoas[4] atingindo um total de 11.363.051 habitantes. Estas projeções combinam com o resultado do Censo Demográfico de 2022[5], que já indica um ganho de populacional do estado, em 1 milhão de habitantes, entre 2010 e 2022, com média de 0,76% ao ano. A dinâmica populacional do estado foi fortemente impactada pela pandemia da Covid-19, o que pode levar a diferenças em relação às projeções e que deverá ser alvo de análise nos próximos censos. Apesar disso, o componente vegetativo[6] atuou de forma positiva no crescimento populacional de todos os municípios paranaenses, mas com desempenho que parece ser influenciado por fatores estruturais, como a composição etária da população.

Por sua vez, o componente migratório foi fundamental para o incremento populacional verificado no estado, respondendo por cerca de 8% do adicional de quase um milhão de pessoas na população paranaense[7]. Regionalmente, os processos migratórios possuem forte correspondência com a dinâmica das principais aglomerações urbanas do estado, tal como ocorre na Região 8, que engloba um centro de grande porte como Ponta Grossa, e está localizada nas imediações da capital do estado, além de grandes corredores rodoviários. É possível que este componente exerça alguma influência na dinâmica populacional da região. Entretanto, circunstâncias que favoreçam o crescimento econômico da região 8, particularmente do setor produtivo empresarial, podem alterar a dinâmica migratória.

[4] Fonte: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.
[5] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf
[6] O componente vegetativo é obtido pela diferença entre o número de pessoas que nascem (natalidade) e o número de pessoas que morrem (mortalidade). Fonte: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf
7 Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf

No caso do Brasil, um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[8], em 2023, indica que a população do país deverá chegar a cerca de 209 milhões em 2040, crescimento de pouco menos de 0,6% em relação aos 207,8 milhões de habitantes estimados em 2023 pelo IBGE. O estudo do IPEA, entretanto, indica que a população brasileira deve crescer até 2030, quando então passará a apresentar decréscimo, comportamento parecido com o de alguns municípios da Região 8.

GRÁFICO 2 – Proporção populacional projetada por faixa etária na Região 8



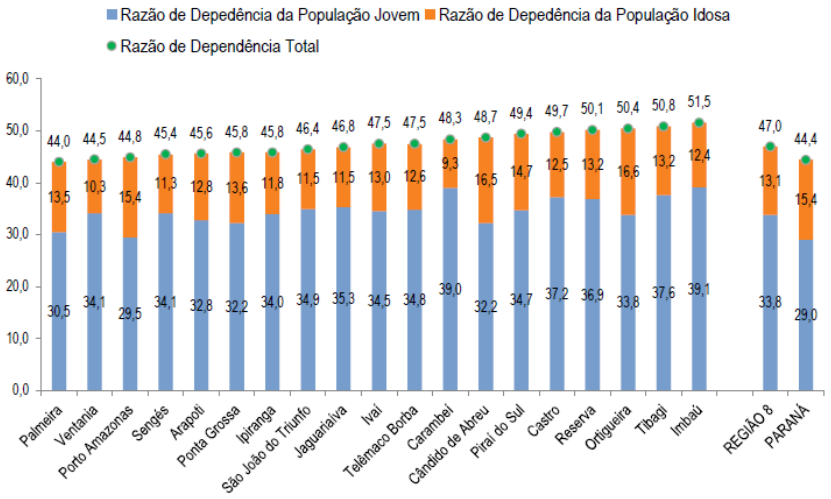
FONTE: IBGE. Dados Extraídos da Base de Dados do Estado - BDEWeb, 2021.

O Gráfico 2 apresenta uma projeção populacional por faixa etária na Região 8, desde 1990 até 2040[9], no qual é possível perceber mudanças importantes na estrutura etária da população. Os estratos populacionais de jovens com até 14 anos de idade e idosos com idade superior a 65 anos tendem a se encontrar nos anos subsequentes (2040), comportamento semelhante ao que deve ocorrer no Paraná. Além disso, a projeção indica uma leve (quase estável) tendência de queda no estrato populacional, já a partir de 2020, na faixa etária que vai de 15 a 64 anos, grupo que corresponde à quase totalidade da força de trabalho da região.

A projeção apresentada no Gráfico 2, indica um decréscimo na quantidade de jovens com até 14 anos desde o início da série, indicando que a população da Região 8 poderá estar mais envelhecida em 2040. Contudo, o aumento populacional indicado na projeção apresentada no Gráfico 1, pode ajudar a manter estável, ou com tendência de queda menor, o estrato populacional com faixa etária de 15 a 64 anos.

[8] Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1, 2023.
[9] Fonte: Paraná Produtivo, BI, 2022, acesso em https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/

GRÁFICO 3 – Razão de Dependência Total, Razão de Dependência da População Jovem (RDJ), Razão de Dependência da População Idosa (RDI) e total para Municípios, Região 8 e Paraná em 2020



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado e elaborado pelo IPARDES, 2020[10].

As mudanças na estrutura etária, conforme projeções apresentadas no Gráfico 2, deverão alterar expressivamente as características da demanda e da oferta de serviços no Estado do Paraná e, em particular, na Região 8. Um parâmetro que pode ser utilizado para ilustrar o impacto de mudanças no perfil demográfico da região é a Razão de Dependência da População [11](RD), que aparece no Gráfico 3, para os municípios da Região 8 e para o Paraná.

A valor médio da RD total para a Região 8, era de 47,0, em 2020, maior do que a média do Paraná (44,4) e do que a média do Brasil (44,3), no mesmo período. Embora a RD para a região seja sensivelmente maior, não é tão diferente da média do estado e do país, indicando que, do ponto de vista deste indicador, os municípios indicados no Gráfico 3 manifestam um comportamento parecido com a média nacional.

Quatro municípios da Região 8 apresentaram RD levemente superior a 50,0: Reserva (50,1), Ortigueira (50,4), Tibagi (50,8) e Imbaú (51,5). Somente o município de Palmeira (44,0) apresentou RD inferior à do Paraná.

Uma medida maior da RD, significa maior contingente de população dependente, no caso da média da Região 8, a cada 100 pessoas com potencial de serem economicamente ativas, 47,0 são economicamente dependentes.

Considerando os resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, é possível supor que há uma tendência de estabilidade da RD ao longo dos próximos anos, hipótese que pode ser fortalecida pelo comportamento da Razão de Dependência da População Idosa (RDI) e pelo comportamento da Razão de Dependência da População Jovem (RDJ), também apresentadas no Gráfico 3. Também em 2020, nenhum município possuía a razão RDI maior do que a RDJ, sendo que em todo os municípios, a razão para crianças e jovens era superior à média estadual (29,0) e à média nacional (29,9[12]). Esses indicadores apontam para a necessidade de um trabalho junto aos mais jovens para incorporar sua potencialidade produtiva e de demanda à economia local e regional, levando a uma redução da carga econômica sobre segmentos populacionais potencialmente mais produtivos.

[10] Relatórios solicitados pelo Paraná Produtivo.
[11] A Razão de Dependência da População é obtida pela razão entre o segmento etário definido como dependente, pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com menos de 15 anos de idade, pelo segmento etário potencialmente produtivo (RD). Trata-se de um indicador utilizado para medir a participação do contingente populacional potencialmente inativo, aquele que a sociedade aquele que a sociedade deveria sustentar pela sua parcela potencialmente ativa.
[12] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021

Considerando os dados referentes à razão de dependência, alguns desafios decorrentes do diagnóstico, associado à demografia, estão na qualidade do ensino básico, na capacitação da mão de obra, no fortalecimento de ações que estimulem o empreendedorismo entre os jovens, no fortalecimento do setor privado mais distribuído regionalmente e da infraestrutura de suporte. Nesse sentido, as próximas seções apresentarão dados e indicadores para a construção de diagnóstico relacionado a esses temas.

1.3 Educação

Pontos de Atenção:

- Perto de 90% dos estudantes do ensino fundamental e médio são da rede pública, necessitando de uma política integrada entre a rede municipal, estadual e federal;
- A Educação de Jovens e Adultos – EJA está sendo realizada em instituições privadas;
- Necessidade de ampliação do investimento federal na educação profissional e no PROEJA;
- A necessidade de ampliação da participação de instituições públicas no ensino superior;
- O mercado de trabalho com presença de pessoas com baixa escolaridade na média da Região 8.

Após um panorama geral e a apresentação demográfica da Região 8, esta seção apresentará os dados e os desafios relacionados às questões educacionais. Destaca-se que a educação é um direito público subjetivo, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e atrelada à qualificação para o trabalho[13] e para o mundo do trabalho. Neste viés é relevante observar determinados dados educacionais, articulando-os às questões socioeconômicas da região.

No Paraná, em 2019, 1,4 milhões de estudantes estavam matriculados no Ensino Fundamental[14], dos quais 113,6 mil estudavam em escolas localizadas nos municípios da Região 8. As escolas da Rede Pública eram responsáveis por 85,1% das matrículas no estado e 85,8% na Região 8 (MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2020).

No Brasil, em 2022[15], foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021), indicando a tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascendência dessa curva, em 2019. A rede estadual tem a maior participação nessa etapa, com 84,2% das matrículas. A rede federal, por sua vez, participa com 232 mil estudantes, 3% do total, ou seja, atendendo 6,6 milhões de estudantes nas escolas públicas (87,7%), enquanto a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados, 12,3% do total. A partir desses números, observa-se o papel estratégico que a rede estadual pode exercer em projetos voltados ao desenvolvimento de qualquer região.

O estado do Paraná, em 2020, contava com uma rede de 2.131 escolas públicas estaduais, perfazendo o montante de 1.040.625 matrículas (Educação básica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial). Agrega-se a estes dados 45.440 docentes para o atendimentos da oferta na Rede de Ensino do Paraná[16]. A taxa de aprovação no Paraná, nas escolas estaduais em 2020, era de 98,9% para anos iniciais do ensino fundamental, de 96,3% para os anos finais e 91,3% para o Ensino Médio.

[13] As questões legais apresentadas pautam-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
[14] A Constituição Federal de 1988, determina que os estados atuem no ensino fundamental e médio. O estado do Paraná oferta em maior número vagas de anos finais- ensino fundamental e todos os anos do ensino médio.
[15] Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022
[16] Os dados encontram-se disponíveis em: https://qedu.org.br/uf/41-parana/censo-escolar

Nas Tabelas 1 e 2 são apresentadas informações sobre a distribuição de matrículas e estabelecimentos na Região 8 e no Paraná, de acordo com a rede, entre 2021 e 2022. Observa-se que as redes estadual e municipal concentram juntas pouco mais de 83% das matrículas na educação básica na região, sendo que a rede privada registra 16,27% das matrículas e a rede federal 0,45%. Em relação aos estabelecimentos onde se oferta educação básica, a rede pública (municipal, estadual e federal) mantém 82,81% dos estabelecimentos, enquanto a rede particular possui 17,19% do total.

No ensino fundamental, 46,6% das matrículas está na rede municipal, 39,84% das matrículas está na rede estadual e 13,56% na rede particular. Em relação aos estabelecimentos, 83,92% estão vinculados a uma rede pública, municipal ou estadual, enquanto que 16,09% estão vinculados à rede particular. Novamente, o comportamento a região é parecido com o do Paraná, onde 46,97% das matrículas está rede municipal, 38,39% na rede estadual e 14,6% na rede particular.

TABELA 1: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino na Região 8, conforme a rede de oferta – 2022

Matrículas na Educação Básica (2022)		Rede Federal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular
Total	188.500	0,45%	41,21%	42,07%	16,27%
Pré-Escola	21.781		0,39%	84,50%	15,11%
Ensino Médio	34.847	2,33%	84,71%		12,96%
Ensino Fundamental	108.909		39,84%	46,60%	13,56%
EJA, no Ensino Médio	2.757		65,80%		34,20%
EJA, no Ensino Fundamental	3.500		43,11%	6,51%	50,37%
Educação Profissional	9.721	8,75%	67,52%		23,72%
Educação Especial - Classes Exclusivas	2.843		0,18%	9,25%	90,57%
Creche	13.082			75,86%	24,14%
Estabelecimentos de Ensino (2022)					
Educação Básica - Total	727	0,28%	24,07%	58,46%	17,19%
Pré-Escola	388		1,03%	75,00%	23,97%
Ensino Médio	172	1,16%	76,74%		22,09%
Ensino Fundamental	516		31,01%	52,91%	16,09%
EJA, no Ensino Médio	29		86,21%		13,79%
EJA, no Ensino Fundamental	66		31,82%	24,24%	43,94%
Educação Profissional	63	3,17%	77,78%		19,05%
Educação Especial - Classes Exclusivas	61		1,64%	55,74%	42,62%
Creche	239			62,76%	37,24%
Matrículas Educação Superior (2021)	41.931	8,58%	20,02%		71,40%
Instituições de Ensino Superior (2021)	11		9,09%		90,91%
Docentes Educação Superior (2021)	1.397		47,60%		52,40%
Concluintes Educação Superior (2021)	6.346	3,29%	30,40%		66,31%

Fonte: MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Outro dado apresentado na Tabela 1, que merece atenção, é a participação da rede particular na oferta de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA) na Região 8, com 50,37% das matrículas e 43,94% dos estabelecimentos. No número de matrículas de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA), a rede particular supera a participação das redes municipais e estadual somadas. Ainda no caso da educação de jovens e adultos, a Tabela 2 mostra que no caso do Paraná, a participação de instituições públicas aumenta, com 57,14% de matrículas nas redes municipal e estadual, ficando o restante, 42,86%, na rede particular. Se, por um lado, é interessante o investimento do setor privado na educação, por outro,os números da região podem indicar uma deficiência do setor público, o que pode dificultar o acesso a esse nível educacional por jovens e adultos de baixa renda.

No caso do ensino médio na Região 8, a rede estadual registra 84,71% das matrículas, enquanto a rede federal registra 2,33% das matrículas e a rede particular 12,96%. Em relação aos estabelecimentos onde o ensino médio é oferecido, a rede estadual possui 70,74% do total, enquanto a rede privada possui 22,09% e a rede federal possui 1,16% do total. Na educação de jovens e adultos (EJA) a rede estadual concentra 65,8% das matrículas, com mais de 76,74%

dos estabelecimentos das matrículas no ensino médio, contra 34,2% de matrículas na rede privada. No Paraná 85,06% das matrículas no ensino médio estão na rede estadual, enquanto 13,03% está na rede particular e apenas 1,91% na rede federal. No caso do ensino médio na educação de jovens e adultos, cresce a participação da rede particular nas matrículas, com 26,86%, enquanto a rede estadual aparece com 72,82% e a rede federal com 0,22%.

Na educação profissional, a rede estadual também responde pela grande maioria das matrículas, com 67,52% do total, enquanto a rede federal possui 8,75% e a rede privada 23,72%. No caso do ensino médio e da educação profissional, a rede estadual se destaca. Compreendendo que o desenvolvimento regional perpassa por uma integração das redes estadual e federal, o número que chama a atenção é que a rede federal possui apenas 0,28% do total de estabelecimentos destinados à oferta de educação básica, o que de fato compreende-se ser necessário um planejamento conjunto para ampliar a participação de investimento federal no sistema educacional da região em tela.

No estado do Paraná a educação profissional possui uma participação significativa da rede municipal, com 33,03% das matrículas, enquanto a rede federal corresponde por 10,72%, e a rede estadual continua tendo a maior parte das matrículas, com 56,25% das matrículas.

TABELA 2: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino no Paraná, conforme a rede de oferta

Matrículas na Educação Básica (2022)	**Rede Federal**	**Rede Estadual**	**Rede Municipal**	**Rede Particular**
Total	0,59%	38,64%	42,93%	17,84%
Pré-Escola		0,28%	82,10%	17,61%
Ensino Médio	1,91%	85,06%		13,03%
Ensino Fundamental		38,39%	46,97%	14,60%
EJA, no Ensino Médio	0,22%	72,92%		26,86%
EJA, no Ensino Fundamental		42,20%	14,94%	42,86%
Educação Profissional	10,72%	56,25%	33,03%	
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,88%	17,96%	81,15%
Creche		0,03%	74,20%	25,77%
Estabelecimento de Ensino (2022)				
Total	0,32%	22,30%	55,10%	22,28%
Pré-Escola		0,92%	69,59%	29,50%
Ensino Médio	1,41%	77,34%		21,25%
Ensino Fundamental		31,12%	49,36%	19,50%
EJA, no Ensino Médio	0,30%	88,62%		11,08%
EJA, no Ensino Fundamental		26,10%	35,62%	38,29%
Educação Profissional	3,83%	77,56%		18,60%
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,68%	60,94%	38,38%
Creche		0,05%	57,87%	42,07%
Matrículas Educação Superior (2021)	11,11%	10,60%		78,14%
Instituições de Ensino Superior (2021)	2,35%	4,12%	1,76%	91,76%
Docentes Educação Superior (2021)	23,27%	27,77%	0,63%	48,33%
Concluintes Educação Superior (2021)	4,97%	10,83%	0,26%	83,93%

Fonte: MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

No caso da Região 8 a participação da rede federal pode ser ampliada na oferta do ensino médio e, principalmente, na educação profissional com a ampliação da atuação do Instituto Federal do Paraná, seja com ampliação de cidades atendidas, seja pela disponibilidade de maior número de vagas nos municípios já atendidos pelo Instituto Federal do Paraná. Outra modalidade de atendimento com espaço para crescimento da rede federal na Região 8 é a educação profissional de jovens e adultos, o chamado PROEJA, pois atende um público que já está atuando no mercado de trabalho e necessita de qualificação técnica e científica.

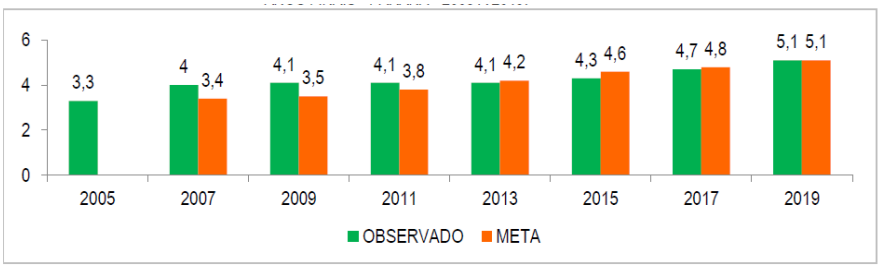
Nota-se, por esses dados, que os municípios e o estado concentram a grande maioria das matrículas na educação básica, e o enfrentamento dos desafios deste nível passam por ações que articulem as duas esferas administrativas.

No caso do ensino superior na Região 8, a grande maioria das matrículas está na rede particular, com 71,4% do total, sendo que esta rede possui 90,91% das instituições. A rede estadual possui 20,02% das matrículas, enquanto a rede federal atende a apenas 8,58% do total de matrículas. Quando se considera apenas as instituições voltadas ao ensino superior, a rede pública possui menos de 10% do total[17]. No estado do Paraná, novamente, a participação da rede particular se destaca, com 78,14% das matrículas e 91,76% das instituições, ficando as redes federal e estadual com 21,71% das matrículas e 6,47% dos estabelecimentos.

Embora o investimento do setor privado no ensino superior seja importante, a presença de instituições públicas é fundamental, tanto para ampliar o acesso de pessoas de baixa renda quanto para aproximar a região do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, uma vez que a maioria das pesquisas no Brasil ainda é realizada em instituições federais ou estaduais. Assim, o ensino superior manifesta um desafio ao setor público na Região 8, sendo que projetos ligados ao desenvolvimento da região devem englobar uma maior presença de instituições públicas, sejam federais ou estaduais, visando o aumento na disponibilidade de matrículas.

Diante deste contexto educacional faz-se necessário analisar determinados elementos que compõem os dados referentes à educação pública do estado e da Região 8. Um dos principais indicadores utilizados é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)[18]. No ano de 2019 o Paraná atingiu pontuação de 5,1 na avaliação dos anos finais do ensino fundamental, superando a média brasileira de 4,7. (MEC/INEP, BDEweb IPARDES,2020), sendo que a série histórica deste indicador pode ser observada na Gráfico 4. Nos resultados do IDEB- relativos a 2021, o estado atingiu a pontuação de 5,2 para os anos finais do ensino fundamental, abaixo da meta, que era de 5,5 no do Brasil.

GRÁFICO 4 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino fundamental dos anos finais- Paraná - 2005 a 2019



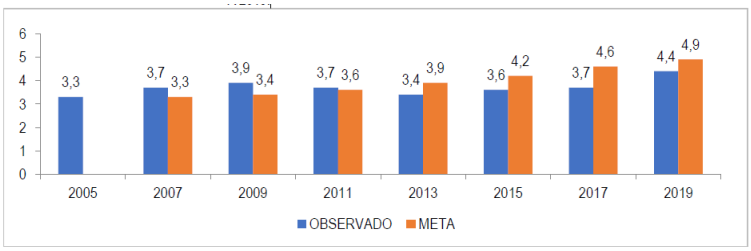
FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Fundamental - anos finais, 2019.

Nota-se, pelo Gráfico 4, que a partir de 2015, gradativamente, as notas do IDEB referentes aos anos finais vêm aumentando de maneira constante. Esse crescimento é significativo, mas o estado ainda não alcançou a meta projetada. Para que a meta seja alcançada, é fundamental que as médias de proficiência das avaliações de língua portuguesa e de matemática tenham maiores resultados, além disto os níveis de evasão escolar precisam ser zerados e haja aumento nas taxas de aprovações dos alunos.

Ao analisar os dados do Gráfico 5, referentes ao Ensino Médio no Paraná, a pontuação do IDEB, relativa a 2021 foi de 4,6, superando a média do Brasil de 3,9 pontos (INEP,2022)[19] .Com esta pontuação o Paraná se tornou o estado com a melhor nota no Ensino Médio do Brasil.

[17] Neste levantamento estão sendo consideradas apenas instituições que possuem reitoria/sede administrativa na região, assim, instituições públicas (estaduais ou federais) que ofereçam ensino superior, possuindo apenas campus na região, não foram contabilizadas.
[18] Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos. Calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.
[19] Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados

GRÁFICO 5 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino médio - Paraná - 2005 a 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Médio, 2019.

Observa-se que a partir de 2015, as notas do IDEB no Ensino Médio vêm aumentando. No entanto o estado ainda não atingiu a meta projetada a ser alcançada pelos estados, que é de 5,5. Em 2019, o montante de estudantes matriculados no Ensino Médio nas escolas localizadas nos municípios da Região 8 perfazia o total de 33,6 mil.

Tanto o IDEB dos anos finais do ensino fundamental quanto do ensino médio do Paraná vêm crescendo deste 2015, entretanto ainda não se atingiram as metas projetadas pelo governo federal. Para que isto ocorra são necessárias determinadas ações voltadas a uma política educacional comprometida com a oferta de uma educação de qualidade.

Além deste desafio ainda se faz necessário a diminuição das taxas de analfabetismo. Em 2022, o estado do Paraná apresentava 3,9% da população analfabeta, o maior entre os estados da região sul, porém menor que a taxa do Brasil, de 5,6% (IBGE,2022).

Outro indicador importante a ser considerado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[20] (IDHM)[21], que se baseia em outros três parâmetros, educação, renda e longevidade[22]. Com relação à educação, no momento da realização das oficinas, os dados disponíveis indicavam que o IDHM de educação do município melhor colocado da Região 8, Ponta Grossa, era de 0,703, maior que o do Paraná, que estava em 0,668, e maior que o do Brasil, que era de 0.637. Como este indicador está relacionado à quantidade média de anos de estudo de uma população, é possível dizer que o cenário do município melhor colocado da região, no momento da realização das oficinas, era ligeiramente melhor do que a média do estado e do país.

Em 2021, o Paraná ficou com IDHM de 0,769 - sete posições abaixo do Distrito Federal, que apresenta IDHM de 0,814, o maior do país. O IDHM do Brasil era de 0,766. Com relação aos 26 estados e ao Distrito Federal, os dados do Paraná são os seguintes:

- IDHM Educação: 0,780 ocupando a 4º posição;
- IDHM Renda: 0,744, ocupando a 6º posição;
- IDHM Longevidade: 0,785 ocupando a 10º posição.

Para efeito de comparação, em 2021 o estado melhor posicionado era São Paulo com IDHM de educação 0,839, que também apresentava o melhor resultado entre os três indicadores analisados.

Em 2010, o município integrante da Região 8 que apresentava a melhor colocação no IDHM era Ponta Grossa, com 0,763 no geral (IPARDES, 2010)[23]. Os indicadores de desenvolvimento humano do município melhor colocado na Região 8 (Ponta Grossa) eram os seguintes:

- IDHM Educação de 0,703;

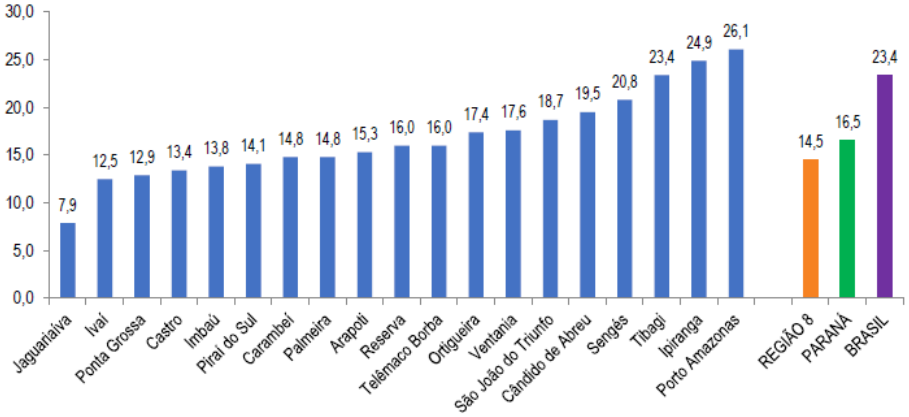
[20] Os dados encontram-se disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/37/0
[21] É uma medida composta de indicadores das dimensões do desenvolvimento humano: Educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo a 1, maior será o desenvolvimento. Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm
[22] O IDHM de longevidade e o IDHM de renda serão mencionados na próxima seção. Veja mais sobre "O que é IDH?" em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm
[23] Relatório elaborado pelo IPARDES para o Paraná Produtivo.

- IDHM Renda de 0,755;
- IDHM Longevidade de 0,837.

Destaca-se que o IDHM de renda e o IDHM de longevidade do município Ponta Grossa são maiores que os mesmos índices do estado.

Outro ponto que merece destaque na análise das questões educacionais refere-se a distorção idade-série[24]. Essa distorção impacta diretamente os índices educacionais e posteriormente as questões de desenvolvimento econômico da região. Historicamente a distorção série-idade é percebida a partir do 3º ano do ensino fundamental, se acentua também no 7º ano do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio (MEC 2020). Em 2020 a taxa de distorção idade-série no Brasil alcançava 23,4% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 26,2% das matrículas do ensino médio[25](MEC 2020).

GRÁFICO 6 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental- Municípios, Região 8, Paraná e Brasil - 2019

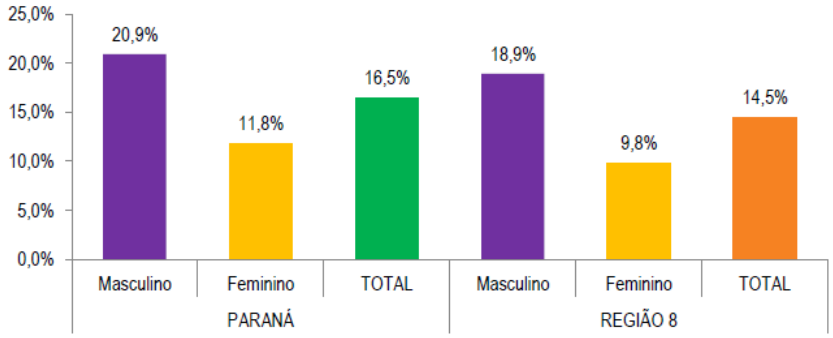


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Com relação a este indicador, os dados apresentados no Gráfico 6 indicam que, em 2019, as médias do Paraná e da Região 8 estavam melhores que a do Brasil, ou seja, com menor proporção de alunos com dois anos ou mais anos acima da idade recomendada para os anos finais do ensino fundamental. Ao analisar os dados da Região 8, apresentados no Gráfico 6, constata-se que a média deste indicador também era inferior à do Paraná, contudo, oito municípios apresentavam distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental maiores que o índice para o estado, sendo que para dois deles o índice era idade-série superior à média do Brasil. Assim, mesmo tendo um desempenho melhor que o estado e o país na média regional, a situação do atraso escolar ainda é um desafio a ser superado na Região 8, principalmente nos municípios de Cândido de Abreu, Ipiranga, Ortigueira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Sengés, Tibagi e Ventania. No Gráfico 7 é possível observar as distorções relacionadas por gênero.

[24] Refere-se a proporção de alunos matriculados com dois anos ou mais acima da idade recomendada para aquelas séries/ ano de ensino. Os dados são coletados pelo Censo escolar, multiplicado por 100 – gerando percentual. Quanto mais alto, pior a defasagem.
[25] Dados disponíveis em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

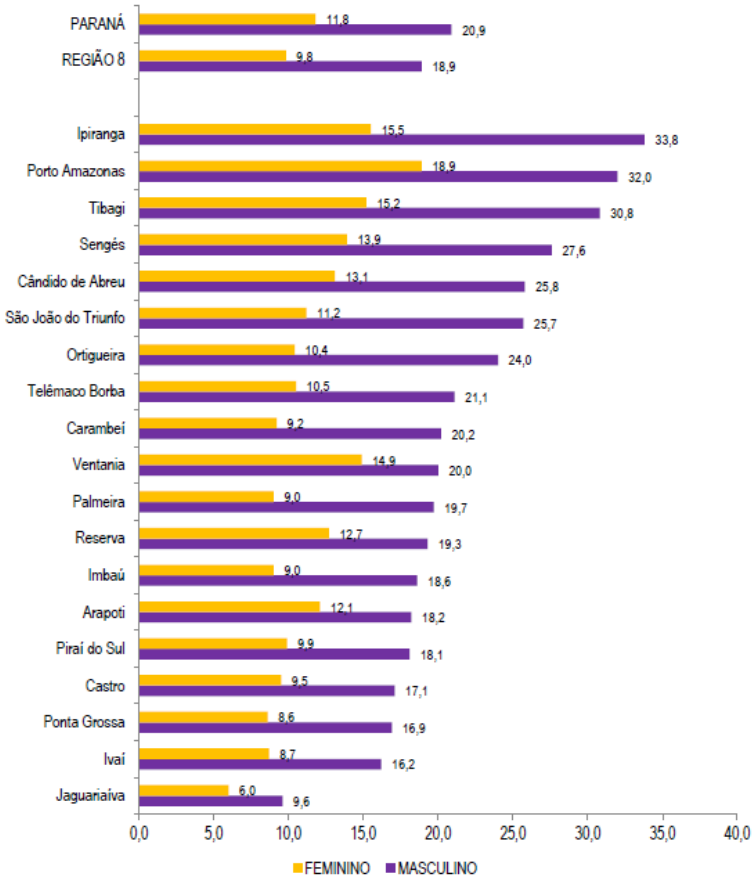
GRÁFICO 7 - Distorção idade - série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - Região 8 e Paraná - 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A distorção série-idade nos anos finais do ensino fundamental apresentou ainda um comportamento diferente quando a análise é feita com base no sexo dos estudantes. O gráfico 7 mostra o comportamento deste índice em função do sexo; percebe-se que a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é significativamente maior do que a do sexo feminino, tanto no estado do Paraná quanto na Região 8. No Brasil em 2020, a maior diferença entre os sexos era observada no 6º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série percebida era de 28,2% para o sexo masculino contrapondo-se a 16,8% para o sexo feminino (MEC, 2020), resultado pior do que a média da Região 8 e do Paraná.

GRÁFICO 8 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - municípios, Região 8 e Paraná - 2019



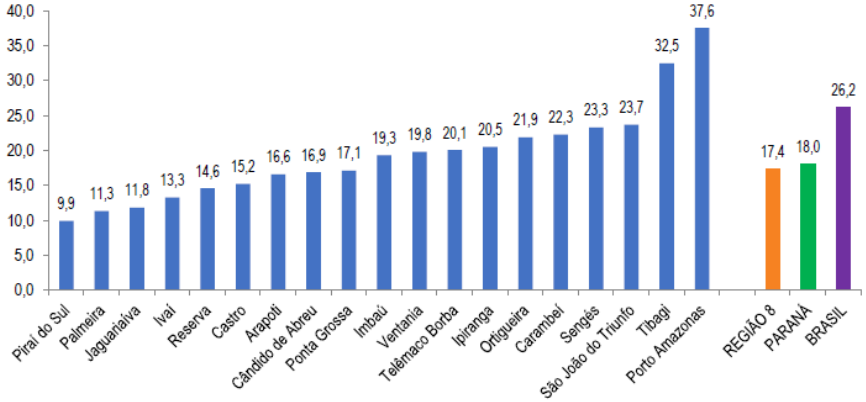
FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

O fato de a distorção idade-série ter sido maior para estudantes do sexo masculino, tanto na Região 8 quanto no estado do Paraná, manifesta um comportamento também observado nos dados do Brasil. Uma análise mais cuidadosa deste problema pode ser feita através do Gráfico 8, que apresenta os dados da distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo, fazendo o comparativo dos municípios, da região e do Paraná.

Os dados do Gráfico 8 mostram que a distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental estava presente em todas os municípios da Região 8, sempre em maior proporção para alunos do sexo masculino. Em oito municípios, menos da metade do total da região, a distorção no público masculino era superior à estadual: Cândido de Abreu, Ipiranga, Ortigueira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba e Tibagi. Cinco destes municípios também apresentaram distorção idade-série para o sexo feminino acima da média do estado: Cândido de Abreu, Ipiranga, Porto Amazonas, Sengés e Tibagi.

Uma análise dos dados referentes à distorção idade-série no ensino médio, Gráfico 9, mostra que a situação neste nível era pior do que nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com os indicadores mostrados no Gráfico 9, a situação de atraso escolar se intensificou, no caso do ensino médio, dez municípios da Região 8 apresentaram distorção idade-série acima da média estadual, sendo em que dois municípios, Tibagi e Porto Amazonas, o resultado estava pior do que a média nacional.

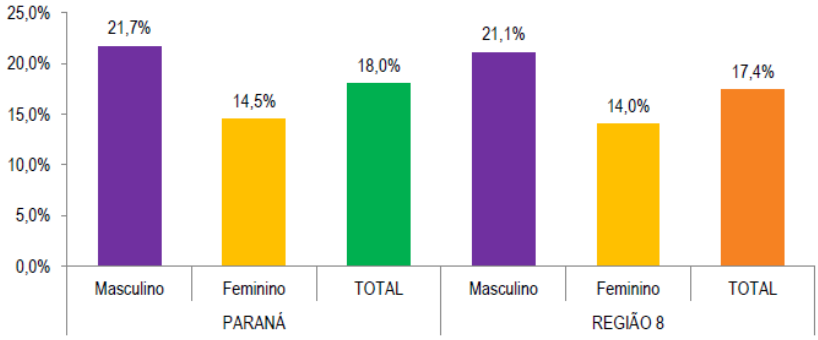
GRÁFICO 9 - Distorção idade-série no ensino médio (%) – municípios, Região 8, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Com relação à proporção por sexo, observou-se a mesma tendência vista nos anos finais do ensino fundamental, o público masculino é o que apresenta maior distorção, embora sensivelmente menos acentuada, como mostram os dados apresentados no Gráfico 10. Mesmo tendo resultados que, em média, são melhores que os estaduais e nacionais, a Região 8 reproduz um problema quase crônico do país, sendo um grande desafio a ser enfrentado.

GRÁFICO 10 - Distorção idade-série no ensino médio, por sexo- Região 8 e Paraná - 2019

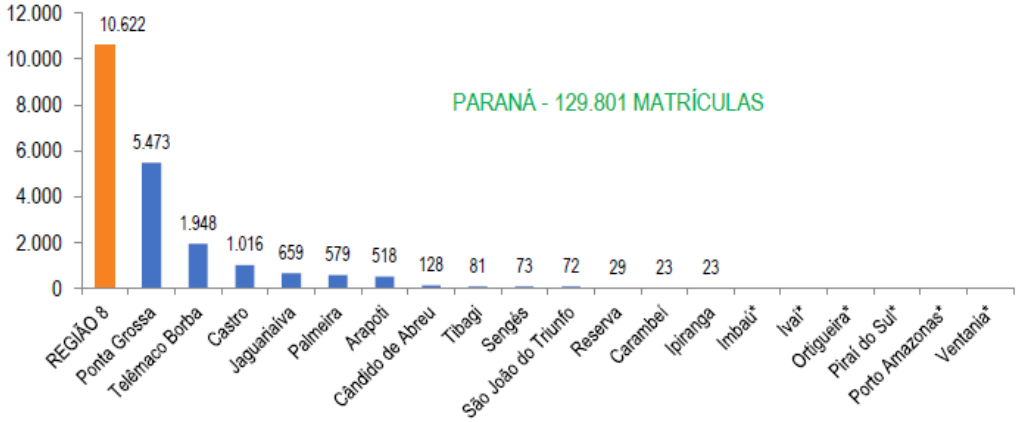


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Dentre as principais causas para a ocorrência da distorção idade-série encontram-se a reprovação, o abandono escolar ou ainda a realização de matrícula tardia. O caso específico do abandono escolar pode ter relação com as taxas de pobreza, uma vez que por vezes os jovens acabam deixando a escola devido à necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento familiar, fato que pode ser mais acentuado para alunos do sexo masculino. Assim, a região necessita de ações que visem melhorar este indicador, o que deve envolver toda sociedade, uma vez que este problema também é acarretado por questões sociais, como desemprego, má distribuição de renda e precarização do trabalho.

Uma análise adicional a respeito do panorama do ensino médio, pode ser feita através da inclusão de dados referentes às matrículas na educação profissional técnica de nível médio[26]. Das 129.801 matrículas na educação profissional técnica de nível médio no estado do Paraná em 2019, 10.622 matrículas estavam efetivas na Região 8. O Gráfico 11 mostra que os municípios de Ponta Grossa e Telêmaco Borba se destacam nesse indicador, com 51,5% e 18,3% das matrículas, respectivamente. Por outro lado, seis municípios não possuem matrículas públicas nessa modalidade de ensino, o que pode levar à existência de demanda por esta modalidade de ensino na região.

GRÁFICO 11 - Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio da rede pública - municípios, Região 8 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

[26] A educação profissional técnica de nível médio corresponde à habilitação e a preparação geral para o trabalho. Compreende as seguintes ofertas: curso técnico integrado, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente e curso normal/magistério de nível médio.

A ampliação do número de escolas e instituições que ofertem educação profissional técnica de nível médio na Região 8 é importante para a melhoria da mão de obra dos trabalhadores e para o desenvolvimento de projetos que envolvam desenvolvimento tecnológico e inovador.

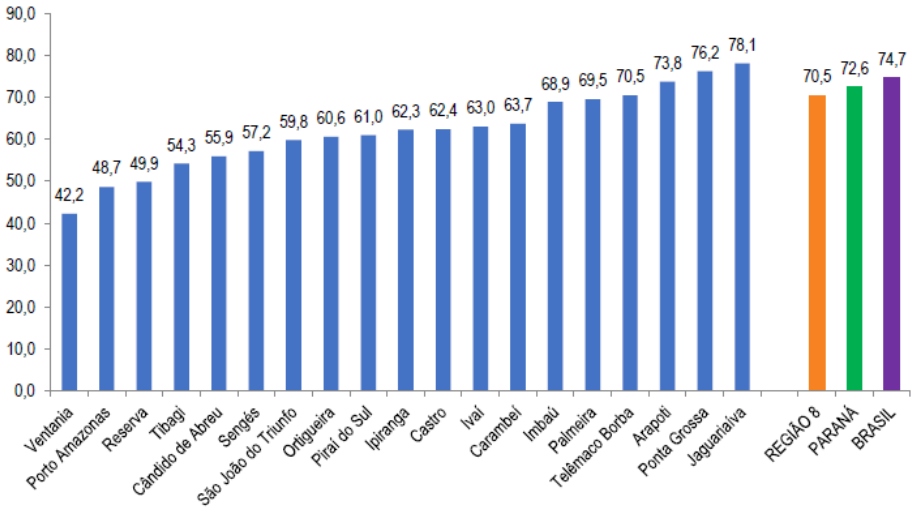
A educação profissional de nível médio pode impactar diretamente a vida dos cidadãos, tanto nas questões do aumento de escolaridade, quanto nas questões de renda e do desenvolvimento do território. Programas de desenvolvimento regional, como o PARANÁ PRODUTIVO, podem oferecer condições para a geração de empregos qualificados, que contribuem na produção de riqueza regionalmente.

Frequentemente verifica-se a existência de relação entre escolaridade e renda, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a renda auferida pelo trabalhador. Nesse sentido, há uma expectativa de que aos 18 anos de idade o indivíduo tenha concluído o Ensino Médio e possa garantir uma renda mínima vinculada a essa escolaridade básica.

No levantamento das pessoas com 18 anos e mais de idade, em 2019, foram encontradas na Região 8, 166.280 pessoas empregadas, no Paraná 2.604.872 e 37.801.665 no Brasil, conforme cadastro da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia.

Deste total de pessoas empregadas na Região 8, 70,5% haviam concluído pelo menos o Ensino Médio, percentual menor que o do estado (72,6%) que por sua vez é menor que o Brasil (74,7%). Com os dados apontados no Gráfico 12, é possível constatar que apenas três municípios da Região 8, (Arapoti, Ponta Grossa e Jaguariaíva) apresentaram percentuais de trabalhadores formais com pelo menos o Ensino Médio completo, acima da média do Paraná, e apenas dois (Ponta Grossa e Jaguariaíva) acima da média nacional. Dos dezenove municípios da Região 8, quinze apresentaram percentuais abaixo da média da região, e um, Telêmaco Borba, teve percentual igual à média regional.

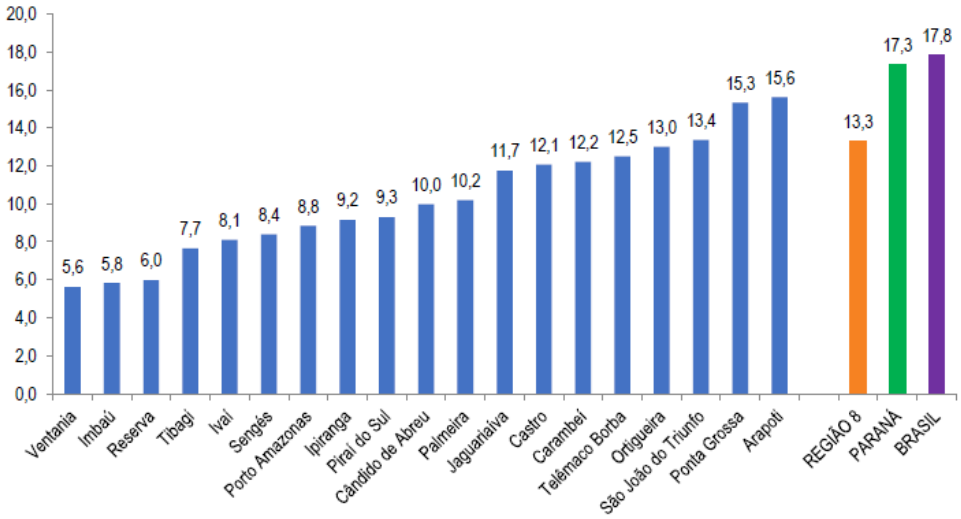
GRÁFICO 12 - Percentual de pessoas com 18 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino médio completo - município, Região 8, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

O diagnóstico evidenciado pelos dados mostrados até aqui, aponta para a necessidade de políticas para a elevação do nível de escolaridade dos moradores da Região 8, particularmente ofertando capacitação profissional desde o ensino médio.

GRÁFICO 13 - Percentual de pessoas com 24 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino superior completo - município, Região 8, Paraná e Brasil - 2019



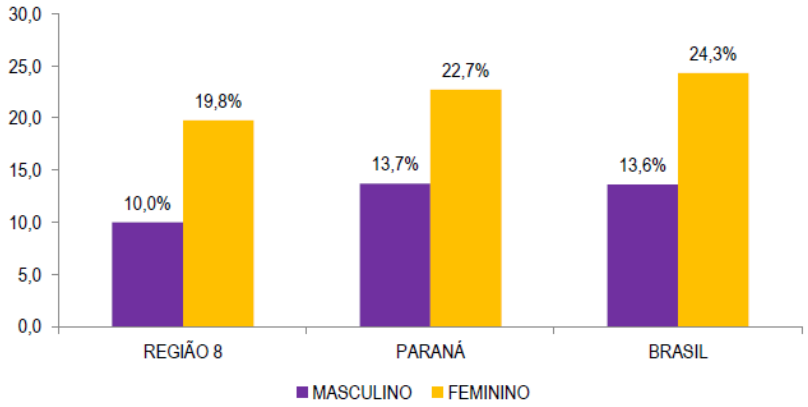
FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

Uma avaliação do mercado de trabalho com maior nível de escolaridade (Ensino superior), considerando as pessoas com idade a partir de 24 anos, é perceptível que a Região 8 ainda está aquém se comparada com o estado ou com o país. De acordo com as informações mostradas no Gráfico 13, em 2019, apenas 13,3% das pessoas empregadas na Região 8 possuíam Ensino Superior, exceto aqueles com vínculo no setor público, percentual menor que a média do Estado do Paraná (17,3%), que por sua vez é menor que o do Brasil (17,8%). É possível verificar, ainda pelo Gráfico 13, que todos os municípios da Região 8 apresentaram percentuais abaixo do Paraná e do Brasil, sendo que os municípios de Ponta Grossa (15,3%) e Arapoti (15,6%) apresentaram os melhores resultados, enquanto que Ventania, com apenas 5,6%, e Imbaú sendo com 5,8%, tinham os piores resultados.

Quando a análise da Região 8 é feita em função do sexo, dos 18.888 trabalhadores formais com 24 anos e mais de idade e com Ensino Superior completo, 50,2% eram do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino. O percentual de mulheres com Ensino Superior completo empregadas (19,8%) é quase o dobro dos homens (10,0%), diferença que não se manifestou na quantidade de empregados. Em outras palavras, a região tem quase o dobro de mulheres com ensino superior, mas emprega quase a mesma quantidade de homens e mulheres.

Os percentuais de trabalhadores, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino com essa escolaridade foram mais baixos na Região 8, quando comparados com o Paraná e Brasil, como indicam as informações apresentadas no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Percentual (%) de pessoas com 24 anos ou mais, do sexo masculino e feminino, com pelo menos ensino superior completo e empregadas formalmente - município, Região 8, Paraná e Brasil - 2019



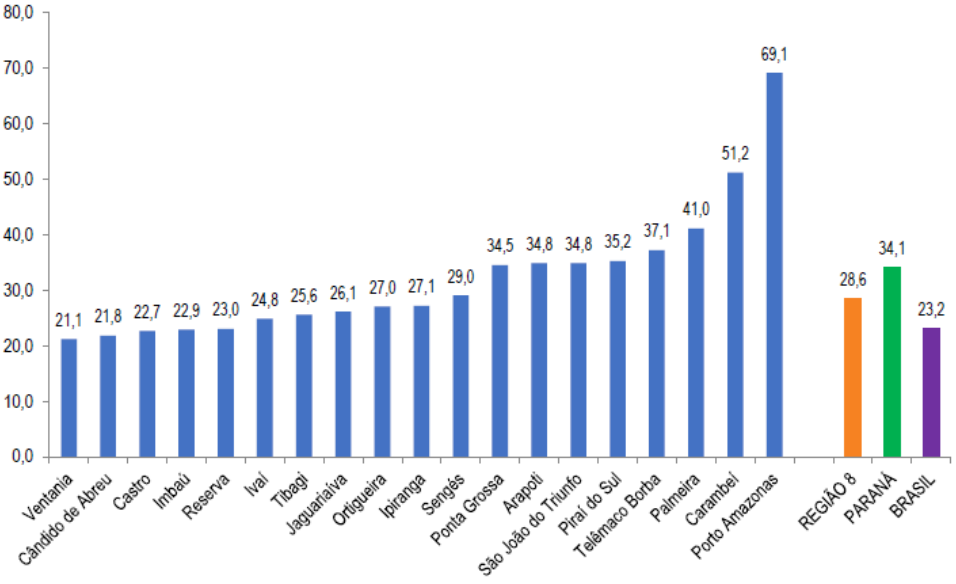
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

Com relação ao ensino superior destaca-se que os dados da Região 8 seguiram a mesma tendência do Paraná e do Brasil, quando se analisa a predominância do sexo feminino nos empregos formais. No recorte específico das mulheres empregadas, a região apresentou uma diferença de 2,9 pontos percentuais inferior à média do estado, e 4,5 pontos percentuais abaixo da média nacional. No caso do sexo masculino, o percentual de empregados era 3,7 pontos percentuais abaixo da média estadual e 3,6 pontos percentuais abaixo da média nacional.

Diante dessas análises é importante a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitem maior acesso e permanência nas instituições de ensino superior aos moradores da Região 8. O desenvolvimento econômico da região está atrelado diretamente à qualificação profissional das pessoas e também a fixação de profissionais qualificados. Uma das formas de qualificação é o acesso às universidades, Institutos Federais e demais instituições que ofertam ensino superior, seja de maneira presencial ou através da educação a distância.

Além da qualificação profissional com o ensino superior, é necessário avaliar relação da escolaridade com uma atividade econômica primária na região. Assim como ocorre em outras regiões do estado do Paraná, a Região 8 apresenta uma base econômica fortemente vinculada a agropecuária. Para isto, o Gráfico 15 mostra o percentual de produtores responsáveis pelos estabelecimentos de agricultura familiar, com pelo menos ensino fundamental completo, na Região 8, no Paraná e no Brasil.

GRÁFICO 15 - Percentual de responsáveis pelo estabelecimento de agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo - municípios, Região 8, Paraná e Brasil - 2017



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

Em relação à escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar da Região 8, 28,6% tinham ao menos o ensino fundamental completo. No mesmo período, este índice era de 34,1% para o Paraná, enquanto no Brasil era de 23,2%, Gráfico 15.

Em média, percentual de responsáveis pelo estabelecimento de agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo da Região 8, era maior que o percentual do Brasil, mas menor que o percentual do Paraná. Oito municípios, Ponta Grossa, Arapoti, São João do Triunfo, Piraí do Sul, Telêmaco Borba, Palmeira, Carambeí e Porto Amazonas, tinham percentual melhor que o do Paraná e do Brasil, com destaque para Porto Amazonas, onde o percentual era mais que o dobro do observado no Paraná, e quase o triplo do observado no Brasil. Outros onze municípios apresentaram percentual de agricultores familiares com pelo menos ensino fundamental completo menor que o Paraná.

A agricultura é uma das fontes de geração de renda tanto para os moradores quanto para a região, por isso, investir na elevação do nível de escolaridade, dos agricultores é de suma importância, pois impacta diretamente no desenvolvimento do território e das pessoas que nele habitam. Neste caso, a região necessita de ações específicas para esta finalidade, principalmente no caso dos onze municípios onde a escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar está abaixo da média estadual.

As análises realizadas nesta seção trazem um recorte temporal que permite uma comparação dos municípios, região e país em dados educacionais importantes como IDEB, distorção idade-série, educação profissional técnica de nível médio, ensino superior, relacionando-os também a questão de sexo (masculino e feminino) e da empregabilidade. Com a apresentação destes dados, obtém-se um diagnóstico de alguns aspectos educacionais que merecem atenção, particularmente no desenvolvimento de políticas que visem a melhoria na qualidade da educação pública ofertada pelo estado.

Diante dessas análises é importante a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitem maior acesso e permanência nas instituições de ensino superior, especialmente das redes estadual e federal aos moradores da Região 8. O desenvolvimento econômico da região está atrelado diretamente à qualificação profissional das pessoas. E uma das formas de qualificação é o acesso às Universidades, Institutos Federais e demais instituições que ofertam ensino superior, seja de maneira presencial ou de educação a distância. Além disto foi possível perceber que conforme o nível de escolarização avança, as mulheres conseguem uma taxa menor de distorção série-idade, acessam o ensino superior e são empregadas formalmente.

As informações apresentadas ao longo desta seção indicaram a preocupação com questões educacionais, tendo em vista a população jovem da região. Os indicadores apresentados, justificam ações que potencializem uma maior formação empreendedora, assim como, uma formação de nível superior mais atrativa. Desta forma é possível uma maior permanência dos jovens, gerando uma mão de obra com melhor qualificação e com capacidade de transformar o território. O fenômeno observado na Região 8 é similar ao que tem ocorrido em escala global, para isso, planejar cursos atraentes e que possuam significância com o perfil da sociedade deste território, torna-se fundamental como estratégia de alavancagem social. Assim o capital humano, pode inclusive ser elemento de atratividade empresarial. A pouca oferta de cursos técnicos profissionalizantes indica, uma necessidade de alteração deste panorama, seja com a oferta de um maior número de vagas por meio do Instituto Federal, ou por meio de cursos técnicos na rede estadual de ensino médio. Outra opção importante seria a oferta de cursos disponibilizados pelo SENAI, SENAR e SENAC, ampliando a capacidade de formação profissional.

Na próxima seção serão abordados os indicadores relacionados com a saúde e como esses indicadores podem influenciar na qualidade de vida no território, assim como influencia o êxodo de jovens com talento para transformação social.

1.4 Saúde

Pontos de Atenção:

- Número de Leitos por habitante como sendo um indicador que posiciona a Região 8 dentro dos parâmetros da OMS;
- Número de profissionais da saúde por habitante abaixo da média estadual e nacional;
- Proporção de estabelecimentos de saúde se mostra inferior à proporção da população da região em relação ao estado, necessitando de ações em âmbito estadual e federal

Esta seção apresenta um diagnóstico referente à situação da saúde na Região 8, especialmente em relação a profissionais e equipamentos de saúde. As questões relacionadas à saúde, são muitas vezes, decisivas em relação a qualidade de vida e de oportunidades para os jovens talentos. Desta forma essa seção procura compreender como os indicadores apresentados possibilitam uma visão mais holística do planejamento territorial, e como isto pode potencializar ou não a qualidade de vida no território.

O que se apresenta, é que a ausência de médicos em quantidade, pode acarretar uma perda na qualidade dos serviços de saúde. O que mais uma vez é um ponto de atenção para a Região 8, o que dificulta a permanência de jovens na região, que migram para outras localidades com melhor qualidade em relação a saúde. O que também foi visto na seção anterior em relação a educação, pontos basilares para o desenvolvimento econômico e social do território.

Embora a infraestrutura de saneamento tenha impacto na saúde das pessoas que vivem na região, o diagnóstico relacionado a este tema será apresentado na seção específica relacionada à infraestrutura.

Quando se trata de um diagnóstico sobre a saúde em uma região, é fundamental abordar a importância do chamado **Sistema Único de Saúde (SUS)**[27], instituído no país em 1988**,** quando da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um sistema destinado a garantir o acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde. Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS beneficia cerca de 190 milhões de brasileiros e realiza por ano cerca de 2,8 bilhões de atendimentos, desde

[27] Fonte: https://pensesus.fiocruz.br/sus e https://www.saude.mg.gov.br/sus#:~:text=O%20SUS%20%C3%A9%20o%20%C3%BAnico,para%20qualquer%20atendimento%20de%20sa%C3%BAde..

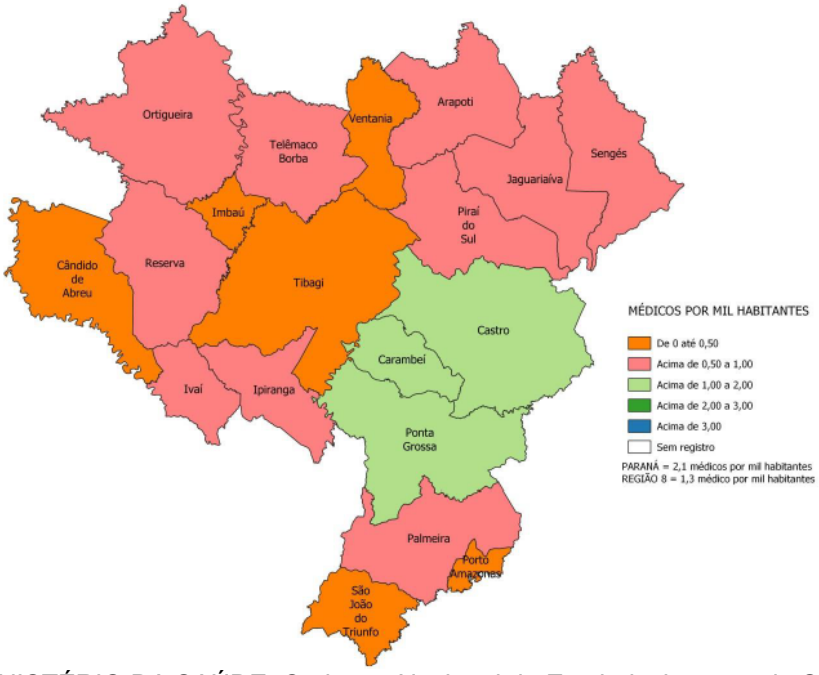
procedimentos ambulatoriais simples a atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal, sendo que cada ente tem suas co-responsabilidades. Os desafios são muitos, cabendo ao Governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos, identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos).

Um dos indicadores analisados nessa fase do relatório sobre a Região 8, pauta-se no número de profissionais médicos cadastrados, por mil habitantes, para mensurar a disponibilidade de atendimento à população. Com esta informação é possível saber quantos médicos estão disponíveis a cada mil habitantes na região definida.

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil (2019) o Paraná possuía 23.911 médicos neste cadastro. No mesmo período, um levantamento[28] do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Universidade de São Paulo (USP), indicou que o Brasil possuía 500 mil médicos. Conforme dados de 2020, a Região 8 possuía 1.109 médicos no registro de estabelecimentos de saúde, o que representava 4,6% do total de médicos no Paraná, sendo que a região possui 7,2% da população total do estado. A Figura 2, a seguir, indica a quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 8.

FIGURA 2 – Quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 8, por intervalo de valores - 2020



FONTES: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

De acordo com o levantamento observado, a Região 8 possuía 1,3 médico por mil habitantes, valor inferior ao do Paraná, 2,1 médicos por mil habitantes, e ao do Brasil, 2,38 médicos por mil habitantes. O município da região que mais se aproximou da média estadual foi Ponta Grossa, com 2,0 por mil habitantes. Somente 3 municípios, Ponta Grossa, Castro e Carambeí, apresentaram médias entre 1,0 e 2,0 médicos por mil habitantes, os demais (16) municípios apresentaram médias inferiores a 1,0 médico por mil habitantes.

[28] Fonte: https://revisamed.com.br/residencia-medica/quantos-medicos-tem-no-brasil/

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) não definem ou recomendam um número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante, entretanto, um parâmetro utilizado no Brasil é a proporção encontrada no Reino Unido[29], que depois do Brasil, tem o maior sistema de saúde público de caráter universal orientado pela atenção básica. Neste caso, um valor de referência seria de 2,7 médicos por mil habitantes, média ainda distante daquelas encontradas nos municípios da Região 8.

Esta discrepância da oferta de médicos entre os municípios pode ser observada no Gráfico 16, onde se percebe que 17 municípios estão abaixo da média regional, indicando uma deficiência na cobertura médica no atendimento da atenção básica de saúde.

GRÁFICO 16 – Médicos por mil habitantes - municípios, Região 8 e Paraná - 2019



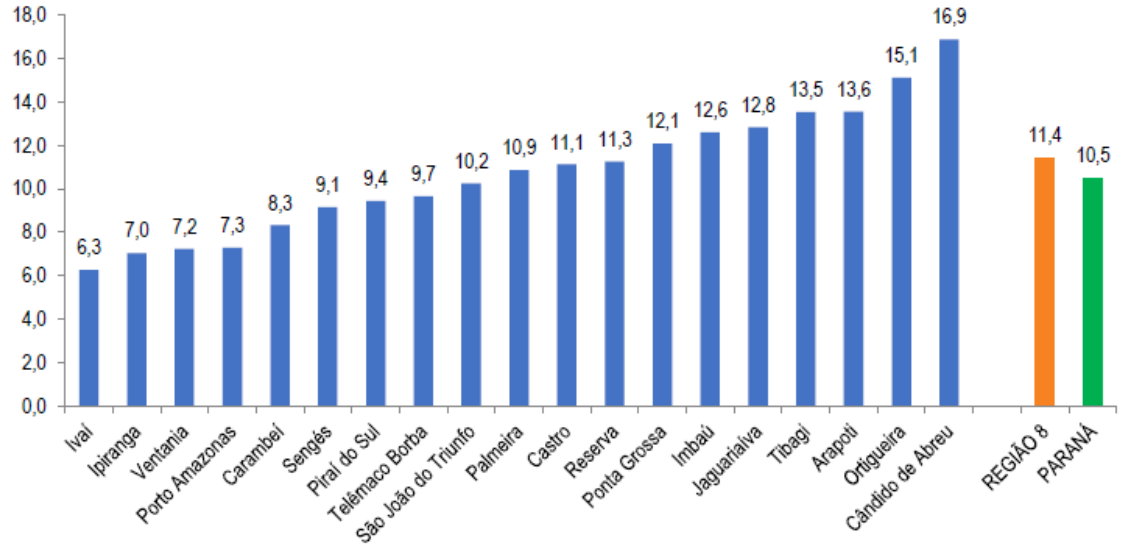
FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2019.
NOTAS: Retirado da Base de Dados do Estado - BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS 3 - Médicos por mil habitantes, posição em dezembro do ano referido.

A oferta de profissionais da saúde depende de inúmeros fatores, que muitas vezes precisam ser combinados. A tendência é que em centros econômicos e em lugares que possuem cursos da área de saúde, e a disponibilidade de serviços de saúde, exista uma maior concentração de profissionais da área. Desta forma, um dos desafios para o planejamento de uma região, está em combinar oferta de serviços básicos de saúde e a disponibilidade de profissionais qualificados para o atendimento descentralizado no estado.

Outro dado relacionado as questões de saúde são os indicadores das taxas de mortalidade infantil. Essa taxa refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em num espaço geográfico, em um determinado período considerado. Para esta análise neste diagnóstico, foi utilizado o recorte temporal dos anos de 2015-2019, dados disponíveis no momento de realização das oficinas, conforme pode ser observado no Gráfico 17. Foi considerada a classificação estabelecida pela Rede Interagencial de Informações para Saúde (RIPSA), na qual o valor da taxa de mortalidade de menores de um ano de idade é entendido como: alta (50 ou mais), média (20 a 49) e baixa (menos de 20).

[29] Fonte: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_nacional_saude_mais_medicos.pdf

GRÁFICO 17 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total – média do quinquénio- municípios, Região 8 e Paraná - 2015 a 2019



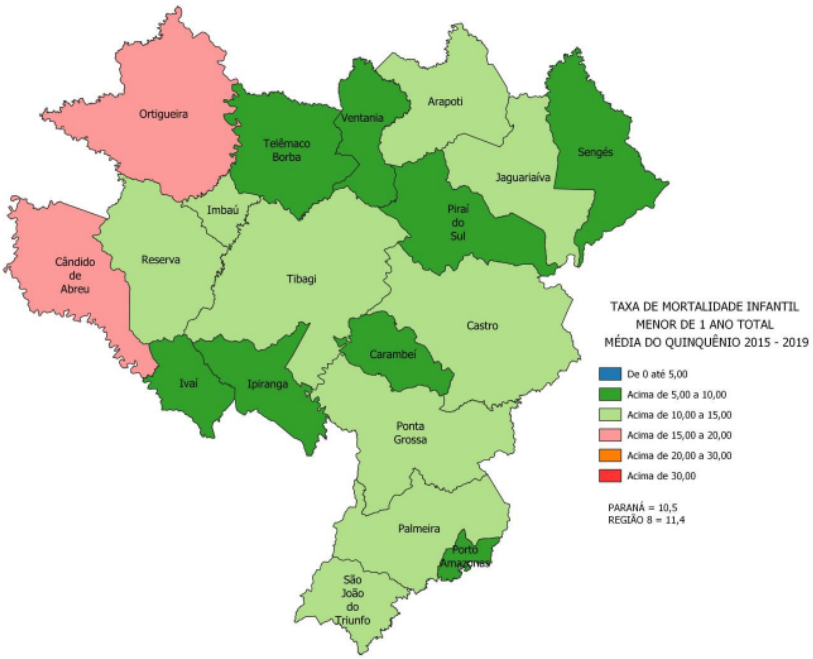
FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE / Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019.
NOTAS: Retirado da base de Dados do Estado – BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODS 3. Não incluído casos de local ignorado.

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 17, a taxa média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade da Região 8 foi de 11,4 no período analisado, enquanto a taxa do estado do Paraná, 10,4. Somente 9 municípios apresentaram média inferior à medida estadual, e 7 municípios apresentaram média superior à média regional. Entretanto, em toda a Região 8 a taxa total média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade do quinquênio, esteve abaixo de 20 por mil, enquadrando-se na referência de taxa baixa, conforme preconiza a Rede Interagencial de Informações para Saúde – RIPSA.

Há uma tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras. No estado do Paraná de 2014 a 2018, houve uma considerável redução, maior do que a ocorrida no Brasil, conforme observado no Plano Estadual de Saúde do Paraná (2020). No entanto, há ainda a necessidade de desenvolvimento de ações para compreender fatores que fazem com que 10 municípios da Região 8 tenham apresentado taxas médias mais elevadas do a taxa média do estado, como se vê no Gráfico 17.

A Figura 3 apresenta a taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média dos municípios da Região 8, no quinquênio 2015 a 2019. Este mapa evidencia que 2 municípios, Candido de Abreu e Ortigueira, apresentavam taxas de mortalidade infantil em faixas maiores que os demais. Embora ainda possam ser consideradas baixas, as taxas médias desses dois municípios estão mais próximas do valor indicado como alto pela RIPSA. Os valores das taxas de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média dos municípios da Região 8 indicam a necessidade projetos voltados à melhoria desse indicador.

FIGURA 3 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média do quinquênio dos municípios da Região 8 – 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE / Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

Outro parâmetro vinculado à infraestrutura de saúde na região é o número de leitos por mil habitantes. Em 2020 esta taxa era de 1,5 leitos por mil habitantes na Região 8. Enquanto isso, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mesmo período o estado do Paraná dispunha de 2,7 leitos por mil habitantes e o Brasil 2,3[30], resultado que indica a necessidade ações nesse setor.

Segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes, indicando que a Região 8 está muito abaixo dessa recomendação. Mesmo sendo uma região com um setor produtivo e uma economia pujante, o aumento da disponibilidade de leitos por mil habitantes representa um grande desafio a ser enfrentado, para que o processo de atendimento básico seja consolidado.

Na Região 8, claramente, o SUS desempenha um papel fundamental no a atendimento à saúde dos habitantes. Estima-se que 80% dos usuários do SUS no Brasil dependem exclusivamente deste sistema para qualquer tipo atendimento à saúde, fato que certamente engloba a Região 8[31].

O estado do Paraná, entre 2016 e 2019, teve uma média de 49% do total de leitos hospitalares vinculados à rede do SUS. Houve um aumento circunstancial no número de leitos no período entre 2020 e 2021, devido à pandemia de coronavírus, chegando a 56,7% dos leitos, índice que mostra a importância de um sistema como o SUS no enfrentamento de uma pandemia. Atualmente, o volume de leitos da rede SUS no estado está em 48,5% do total de leitos hospitalares[32].

[30] Fonte: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf
[31] Fonte: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf
[32] Fonte: CNES, Datasus, 2023. Disponível em: https://elasticnes.saude.gov.br/.

Do total de internações na rede do SUS ocorridas no estado do Paraná em 2022, cerca de 6,1% ocorreram em municípios da Região 8[33]. O fato de a região concentrar cerca de 7,2% da população do estado, mostra que os 6,1% de internações é um índice significativo e aponta para a importância estratégica do SUS para a região. O fato da proporção de internações ser inferior à proporção de população em relação ao estado, pode estar ligado à falta de leitos ou ao uso de estabelecimentos não vinculados ao SUS, devendo ser objeto de análise quando do desenvolvimento de ações no setor de saúde na região.

Do ponto de vista dos estabelecimentos de saúde, segundo dados divulgados pelo IPARDES de 2023, 5,5% do total de estabelecimentos da esfera administrativa do estado do Paraná, localizam-se na Região 8. Quando se considera o total de estabelecimentos vinculados à esfera administrativa dos municípios do Paraná, 8% está na Região 8, enquanto que no caso da rede privada esse índice é de 6,3% do total de estabelecimentos. Nenhum estabelecimento localizado na região pertence à esfera administrativa federal.

A distribuição de estabelecimentos, segundo a esfera administrativa, pode indicar a necessidade de maior presença do estado na Região 8, uma vez que a proporção de estabelecimentos se mostra inferior à proporção de população da região em relação ao estado. Novamente, este é um indicador que necessitará maiores análises quando do desenvolvimento de ações no setor de saúde na região.

Além do que já foi apresentado anteriormente, merece atenção também a quantidade de dentistas por 1000 habitantes, fator bastante relevante quando se fala em qualidade de vida de uma população. Para este indicador, a OMS recomenda uma concentração de 1 dentista para cada 1.500 habitantes[34], o leva um fator de aproximadamente 0,7 dentista por mil habitantes. Assim como no caso da quantidade de leitos, em 2020 a Região 8 se enquadrava no limite da OMS, possuindo 0,8 dentistas para cada mil habitantes, número pouco maior que o do estado do Paraná, que apresentou 0,7. No mesmo o ano o Brasil apresentava uma concentração de dentistas por mil habitantes de 0,5, menor que a recomendação da OMS portanto[35].

Mesmo possuindo uma relação dentista/habitante situada um pouco acima do limite preconizado pela OMS, como é o caso da Região 8, a questão da saúde bucal deve receber atenção em projetos de desenvolvimento regional pois envolve não só a infraestrutura e a disponibilidade de profissionais, mas também a educação das pessoas.

Os indicadores apresentados, merecem atenção e fortalecem a necessidade de que o planejamento territorial seja sistêmico. Pensar em desenvolver a Região 8 em termos econômicos, necessita claramente que sejam executadas ações que melhorem as condições de saúde para a sociedade em geral, seja com o acréscimo de médicos por habitante, visando alcançar minimamente a média estadual.

Outro ponto que necessita de atenção é relativo a melhoria do atendimento odontológico à população desta região. Além disto é fundamental contar com equipamentos que possam atrair um corpo médico novo para a região. Outro fator de preocupação é que a média de leitos por habitante na Região 8 está abaixo de recomendações internacionais e abaixo das médias estadual e nacional, indicando a necessidade ações para que, pelo menos, a média estadual seja alcançada. O que se observou nos indicadores apresentados nessa seção, trará reflexos para os indicadores apresentados na próxima seção que diz respeito ao desenvolvimento do setor privado.

[33] Fonte: Ministério da Saúde/ Datasus. BDEweb Ipardes, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

[34] Fonte: https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=fic&cod=Z06&tab=1#:~:text=Segundo%20o%20Conselho%20Federal%20de,81%2D82).

[35] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saude-bucal/1374-dentistas-por-mil-habitantes?filters=1,2325;26,2325

1.5 Setor Privado

Pontos de Atenção:

- PIB *per capita,* demonstra distorções sociais entre os municípios da região;
- Empregos na Agropecuária em destaque positivo;
- Empregos na indústria em crescimento em alguns municípios, no entanto em outros decrescendo fortemente;
- Fortalecimento de ações integradas voltadas ao turismo sustentável;
- Ampliação de Ambientes Promotores de Inovação.

O setor privado da Região 8 possui atividades bastante diversificadas, que vão desde a agricultura familiar ao agronegócio com frequentes recordes de produtividade, particularmente em função de sua bacia leiteira e pela produção de trigo. A região tem se destacado por possuir um dos mais importantes polos industriais do sul do Brasil, com ênfase para os setores metalmecânico, bebidas, laticínios e carnes, papel e celulose, embalagens e madeira. Outros setores em crescimento na região englobam o comércio e os serviços, com atividades voltadas ao atendimento da demanda agregada local e ao turismo.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Região 8 em 2018, dado disponibilizado no momento da realização das oficinas, era de R$ 33,9 bilhões, o que representava 7,7% de todo o PIB do Estado do Paraná (PR), maior do que a proporção da população da região em relação à população estadual, que era de 7,2%. Quando esse montante de riqueza era dividido pela população local, em 2018, chegava-se um PIB *per capita* de R$ 41,4 mil, maior que o PIB *per capita* do Paraná, que era de R$ 36,6 mil, e do Brasil, que foi de R$ 33,6 mil (IBGE, 2018).

Se, por um lado, o PIB *per capita* da Região 8 chegava a ser maior que o mesmo indicador para o estado e para o país, por outro a região ainda apresentava problemas associados à desigualdade social e da concentração de renda, distorções também observadas em escala nacional. Especificamente em relação ao estado do Paraná, dados de 2019 indicavam que apenas dez municípios concentravam 53% do PIB estadual[36]. A Região 8 também manifesta uma dispersão de riqueza preocupante, como exemplo deste desafio, no momento da realização das oficinas, enquanto o município de Ortigueira possuía um PIB *per capita* de R$ 97,5 mil reais, o município Imbaú possuía apenas R$ 17,4 mil, similar às piores médias nacionais. Para reduzir essa disparidade é necessário pensar e construir projetos que contemplem o contexto regional, tal qual é objeto do Programa PARANÁ PRODUTIVO.

Em 2020, o comportamento dos estabelecimentos do setor produtivo indicava uma maior presença do comércio, em relação à indústria e à agropecuária. O comércio possuía 6.660 empresas, a agropecuária era o segundo setor em quantidade de empresas na região, com 2.994, e a indústria era representada por 1.584 empresas.

Na distribuição de empregos da Região 8[37] em 2020, o setor de serviços ocupava a primeira posição com 79.257 empregos (39,8%), a indústria ocupava a segunda posição, com 21.241 empregos (30,5%), seguida pelo comércio, com 13.131 (18,9%), agropecuária, com 5.405 (7,8%), construção, com 1.456 (2,1%) e o extrativismo mineral, com 1.786 (2,6%). No Paraná[38], para o mesmo ano, o setor de serviços também ocupava o primeiro lugar, com 41,6% dos empregos, seguido pela indústria, com 25,8%, pelo comercio, 23,7%, pela agropecuária, com 3,9%, e pela construção, com 4,9% das vagas.

Enquanto isso, no Brasil, o setor de serviços também ocupava a primeira posição no número de empregos, com 47,6% das vagas, mas o comércio vinha em segundo lugar, com 23%, tendo a

[36] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios
[37] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/
[38] Fonte: Painel de Informações do Novo CAGED, 2022, https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749

indústria em terceiro lugar, com 20,2%, seguido pela construção, com 5,3%, e pela agropecuária, com 3,9% dos empregos.

Chama a atenção o fato de que a participação da agropecuária nos empregos da Região 8 é maior que a média do estado e do país, apontando para o fato de que o setor produtivo da região ainda pode sofrer alterações significativas, diante da possibilidade de melhorias nos índices educacionais ou desenvolvimento tecnológico. A distribuição populacional da região em 2010, como apontado na Seção 1.2, apresentava uma participação na zona rural sensivelmente maior do que no estado e no país, podendo ser este um dos fatores que contribuíam para a diferença em pontos percentuais na quantidade de empregos no setor agropecuário. Mesmo assim, este é um dado que merece atenção, particularmente no que diz respeito à concentração de renda, à qualificação da população e à necessidade de diversificação das atividades produtivas.

Considerando as dificuldades potencializadas pela pandemia do coronavírus, é conveniente uma breve uma análise das movimentações recentes do emprego na Região 8. No período de 2019 a 2020, observa-se que, considerando todos os setores de atividades econômicas, a região apresentou um aumento de aproximadamente de 4,9% no número de postos de trabalho, saindo de 189.942 para 199.205[39]. O Paraná abriu 52.670 vagas de emprego em 2020, aumento de quase 2% no número de postos de trabalho, enquanto para o Brasil esse número chegou a 142.690 empregos com carteira assinada, aumento próximo a 0,4% (CAGED, 2023). Nota-se que a Região 8 ficou acima do índice estadual e bem acima do nacional, dado que reforça o potencial do setor produtivo empresarial da região.

Ainda em 2020, as atividades produtivas referentes à Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, registraram um acréscimo de (2,9%) nos postos de trabalho, o que representa um aumento de 479 empregos na Região 8 (16.268 empregos em 2019 para 16.747 empregos em 2020). Esse resultado é coerente com a movimentação de empregos no estado do Paraná nesses setores, que considerando o mesmo período registrou um aumento de aproximadamente 2,8%, sensivelmente menor do que na região.

Nas atividades produtivas relacionadas à indústria de transformação houve um aumento de 6,22% nos empregos da Região 8 (2019/2020), o que corresponde a um aumento de 2.687 postos de trabalho. No mesmo setor, o Paraná teve um aumento de 3,46% nos empregos da Industria de Transformação, indicando a grande importância do setor industrial na região. Na comparação entre os municípios, destacam-se os municípios de Ortigueira, com a criação de 743 empregos, Ponta Grossa, 736, e Palmeira, com acréscimo de 466 empregos. Nessa movimentação recente, o maior decréscimo em valores absolutos, ficou por conta do município de Ivaí, que reduziu 217 postos de trabalho, o que representa uma queda de 32% no total dos empregos na indústria de transformação. Em 2019 haviam 674 trabalhadores ocupados formalmente na indústria do município, e em 2020 esse número caiu para 457 empregados.

O comércio, setor fortemente atingido pela pandemia do coronavírus, apresentou uma redução de 1,45% na Região 8, resultado pior do que a média estadual, que teve uma queda de 0,98% no Estado do Paraná. Por outro lado, municípios como Castro e Telêmaco Borba registram aumento no número de empregos no setor do comércio, com 104 e 103 empregos gerados, respectivamente.

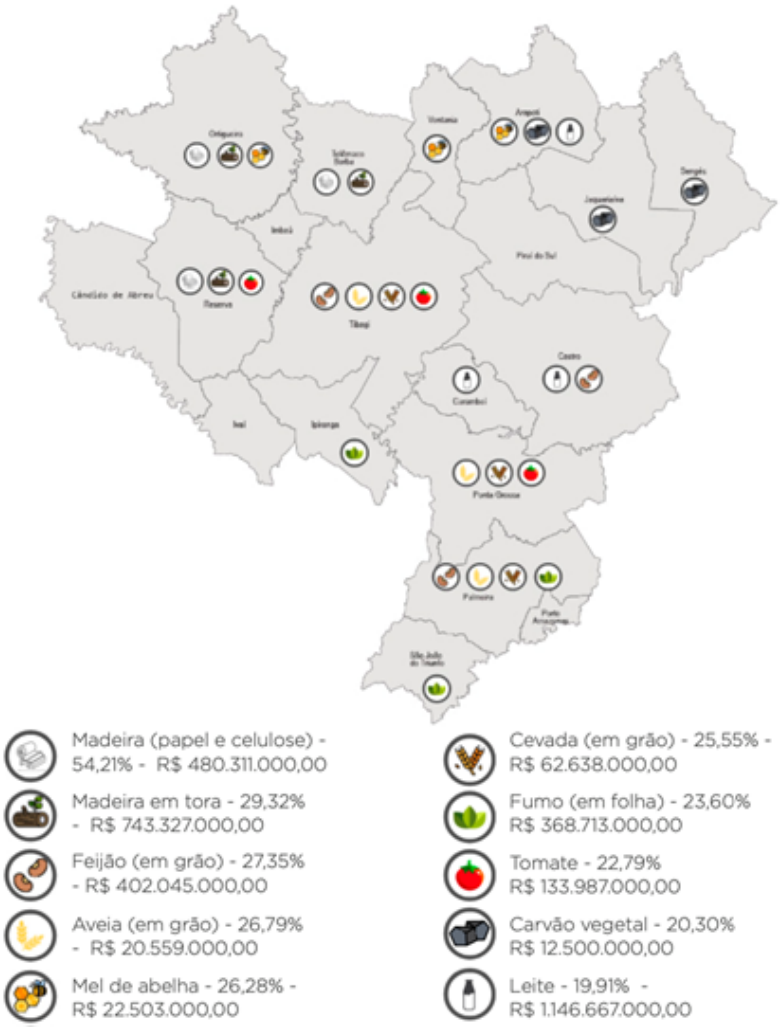
Particularmente no caso do comércio, a região acompanhou a tendência observada não só no estado, mas também no Brasil e no mundo. Assim, a retomada e avanço do setor do comércio na Região 8 é um grande desafio a ser enfrentado em projetos voltados ao desenvolvimento regional. Já o comportamento do setor da agropecuária e da indústria de transformação, mesmo não apresentando resultados negativos, merecem atenção no sentido de se observar demandas de desenvolvimento tecnológico e capacitação de mão de obra na região, particularmente no que se refere a estabelecimentos que tenham origem na região.

Do ponto de vista da produção, no setor agropecuário da Região 8, em 2019 observava-se uma significativa participação estabelecimentos ligados à madeira (papel e celulose), particularmente

[39] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/

os municípios de Ortigueira, Reserva e Telêmaco Borba, que naquele período respondeu por 54,2% do valor total do Paraná, com cerca de 480 milhões de Reais. Ainda neste setor, a madeira em tora também destacava-se na região, com 29,3% do valor de produção de todo o estado, sendo o município de Telêmaco Borba o maior produtor. Mesmo tendo destaque na produção estadual, o setor madeireiro ainda se caracteriza por concentrar renda e acelerar a degradação do meio ambiente, o que também representa um desafio a ser superado na região. Os resultados apresentados na Figura 4, obtidos no momento da realização das oficinas, apontam para o fato de que a produção é variada, englobando a produção de alimentos, combustível, fumo e madeira. No caso dos combustíveis, a Região 8 respondia, no momento de realização das oficinas, por 20,3% da produção de carvão vegetal de todo o estado.

FIGURA 4: Produção agropecuária da Região 8



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, IPARDES, 2021. Elabora pela SEPL.
*Representados os três primeiros municípios da Região 8 em valor de produção - 2019.
**Percentual do valor da produção da Região 8 em relação com a produção do mesmo produto no Paraná - 2019.

Ainda no setor agropecuário, mais de 25% de todo valor gerado a partir do feijão, da aveia, do mel de abelha e da cevada eram produzidos em municípios da Região 8. A região também se destaca na produção de soja, milho e, principalmente trigo. Segundo levantamentos de 2021[40], a região produziu cerca de 17% da produção do total do estado, que por sua vez respondeu por

[40] Fonte: https://prportais.com.br/destaque/tibagi-nos-campos-gerais-e-o-municipio-que-mais-produz-trigo-no-brasil/

mais de 50% da produção nacional. Nesse período, município de Tibagi liderava a produção, rendendo até R$ 126,8 milhões em riquezas a partir da produção de 111 mil quilos de trigo.

No momento da realização das oficinas quase ¼ da produção de tomate do estado vinha de municípios da Região 8, com destaque para os municípios de Ponta Grossa, Reserva e Tibaji com 22,79% da produção, Figura 4. Também atendendo quase ¼ da produção estadual, os municípios Ipiranga, Palmeira e São João do Triunfo se destacavam na produção de fumo em folha, com 23,6% da produção do Paraná, Figura 4.

Também é na Região 8 que se localiza uma das maiores bacias leiteiras do Brasil. Dados de 2020[41], indicavam que Castro e Carambeí chegaram a liderar a produção de leite no país, produzindo 588,7 milhões de litros, de um total de 35 milhões produzidos no Brasil.

A variedade, quantidade e desempenho da produção agropecuária da Região 8, também se vincula a presença de estabelecimentos de agricultura familiar. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Paraná tinha 303.541 estabelecimentos agropecuários, destes 75,4% eram utilizados pela agricultura familiar, sendo que no Brasil este percentual era de 77,1% (IBGE, 2017). Na Região 8 o percentual de estabelecimentos utilizados pela agricultura familiar era de 72,8% do total, sendo 17.717 estabelecimentos, índice que fica próximo dos encontrados no estado e no país, resultado que deve colocar esta modalidade de atuação como estratégica em projetos ligados ao desenvolvimento da região.

Quanto aos atrativos turísticos, devido à suas características relacionadas à geografia e à vegetação, Região 8 possui diversos roteiros de ecoturismo, como o Parque Nacional dos Campos Gerais, que envolve os municípios de Carambeí, Castro e Ponta Grossa, o Parque Estadual do Cerrado, nos municípios de Jaguariaíva e Sengés, o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa, o Parque Estadual do Guartelá, em Tibaji, o Parque Ecológico da Klabin, em Telêmaco Borba, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Itaytyb, também em Tibaji. Há ainda roteiros de turismo de aventura, por exemplo a Cachoeira da Fenda, em Arapoti, o *Aquatrekking* pela Trilha do Lago Azul, em Jaguariaíva, o Parapente no Morro da Pedra Branca, no município de Ortigueira, a Cachoeira do Rio São Jorge e Buraco do Padre em Ponta Grossa, os Canyons do Rio Jaguariaíva e o Voo livre nos Morros do Jacaré e da Comuna, em Tibaji.

O conjunto de roteiros, parques e belas paisagens localizados em municípios da Região 8, oferecem um grande potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas que podem combinar rentabilidade, geração de empregos e respeito ao meio ambiente, devendo ser alvo de projetos específicos.

Alguns municípios da Região 8 também oferecem oportunidades no turismo religioso regional, tais como a capela de Vieiras, em Palmeira, o Santuário de Nossa Senhora das Brotas, em Piraí do Sul e o Olho D'Água São João de Maria, em Tibagi. Em Ponta Grossa, visitantes também podem conhecer a Catedral de Sant'Ana, a Mesquita Islâmica e o Mosteiro da Ressurreição, enquanto que em Jaguariaíva se destacam o Santuário Senhor Bom Jesus da Pedra Fria e a Santa do Paredão na Serra Velha.

O turismo cultural rural também pode ser encontrado na Região 8, com destaque para Arapoti (Moinho Holandês e da Colonização Holandesa), Castro (Colônia Castrolândia), Carambeí (Parque Histórico, Orquidário e Cactário Taman Batoe) e no município de Palmeira (Colônia Witmarsun). A região ainda dispõe de vários museus e casas de memória, como o Museu Tropeiro e a Fazenda Capão Alto em Castro, a Estação Ferroviária de Jaguariaíva, a Capela Nossa Senhora das Pedras ou das Neves e a Ponte Rio dos Papagaios, no município de Palmeira. Em Ponta Grossa, os visitantes podem encontrar o Museu Campos Gerais, que oferece uma visão geral da colonização da região, do tropeirismo, da presença de povos indígenas e até a Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial. Ainda em Ponta Grossa é possível conhecer o Museu Arqueológico Ciro Flamarion Cardoso, com foco na Evolução

[41] Fonte: https://www.castrolanda.coop.br/municipio-do-parana-e-o-maior-produtor-de-leite-do-pais-pelo-terceiro-ano-seguido/

Humana e Pré-História Europeia, a Mesopotâmia, o Egito Antigo, o Mediterrâneo, a América Pré-Colombiana, a Arqueologia Pré-Histórica Brasileira e a Etnologia Brasileira.

O setor industrial da Região 8, como apontado anteriormente, é o segundo que mais emprega na região, sendo um dos mais importantes polos industriais do sul do Brasil, com destaque para os setores metalomecânico, bebidas, laticínios e carnes, papel e celulose, embalagens e madeira. As indústrias da região são favorecidas pela localização, principalmente no caso de Ponta Grossa, devido a estarem nas imediações de entroncamento rodoferroviário próximo à capital do estado, Curitiba, e ao Porto de Paranaguá.

No setor de celulose e papel, a região possui a maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil, com plantas em Telêmaco Borba e Ortigueira. Ainda no setor madeireiro, a região abriga indústrias que produzem painéis de OSB[42], baseados em engenharia de madeira, que podem atender desde a construção de moradias até sistemas de isolamento

No setor de laticínios, derivados do leite e carnes, a região possui industrias de beneficiamento em cooperativas localizadas em Castro, Carambeí, Arapoti e Ponta Grossa, sendo estabelecimentos que figuram entre os 15 maiores do sul do país.

Outro destaque na região está em uma indústria produtora de três marcas de cervejas. A planta, localizada no município de Ponta Grossa, trabalha com energia 100% renovável e tem se constituído como um dos maiores parques industriais nacionais de cerveja[43]. Além disso, cooperativas localizadas em Arapoti, Castro, Ponta Grossa e Carambeí também estão atuando na cadeia industrial da cerveja, particularmente devido à disponibilidade de matéria prima na região.

A presença de indústrias ligadas ao setor de bebidas e derivados de leite, faz com que a região também abrigue uma das multinacionais do setor de embalagens de alimentos, localizada em Ponta Grossa. Sendo a quarta maior fábrica da empresa no mundo, a unidade de Ponta Grossa produz mais de 6 bilhões de embalagens por ano, sendo 60% destinada para o mercado brasileiro e 40% exportada[44]. Além disso, até 2025 entrará em funcionamento no município de Carambeí, a maior fábrica de garrafas de vidros recicláveis do Brasil, produzindo garrafas a partir de cacos de vidros reciclados para os rótulos para pelo menos 6 diferentes marcas de cerveja. Também em Ponta Grossa localiza-se uma das maiores empresas do país na produção embalagens metálicas, o que acaba fomentando também a indústria metalúrgica da região.

Também em Ponta Grossa, localiza-se uma indústria multinacional ligada a produção de correias para aplicações em veículos, máquinas, trânsito e transporte. Tendo uma gama de produtos que envolve alta tecnologia, diferentes materiais, essa indústria constitui-se em mais um exemplo de como o setor industrial da Região 8, principalmente em Ponta Grossa, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da região. Entretanto, o fato de a maioria das industrias de maior porte e com maior grau de desenvolvimento tecnológico estar em poucos municípios, há o desafio de incluir os municípios menos desenvolvidos no ciclo de prosperidade. O enfrentamento deste desafio certamente demandará investimentos em educação profissional e superior. Além disso, o setor extrativista ainda concentra renda e degrada o meio ambiente, constituindo-se em grande desafio para a região.

Uma análise do efeito econômico da indústria na região pode ser obtida através da Valor Adicionado Fiscal da Industria Transformação (VAFI)[45] em função do número de

[42] OSB é um painel composto por tiras de madeiras dispostas na mesma direção. A sigla vem do nome em inglês: *Oriented Strand Board*. Fonte: https://celere-ce.com.br/construcao-civil/osb-o-que-e-e-como-utilizar-esse-tipo-de-placa-de-madeira/#:~:text=Aplica%C3%A7%C3%B5es%20do%20OSB,tapumes%20e%20barrac%C3%B5es%20de%20obras.

[43] Fonte: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-expansao-de-21-industria-de-bebidas-do-Parana-foi-que-mais-cresceu-em-2022

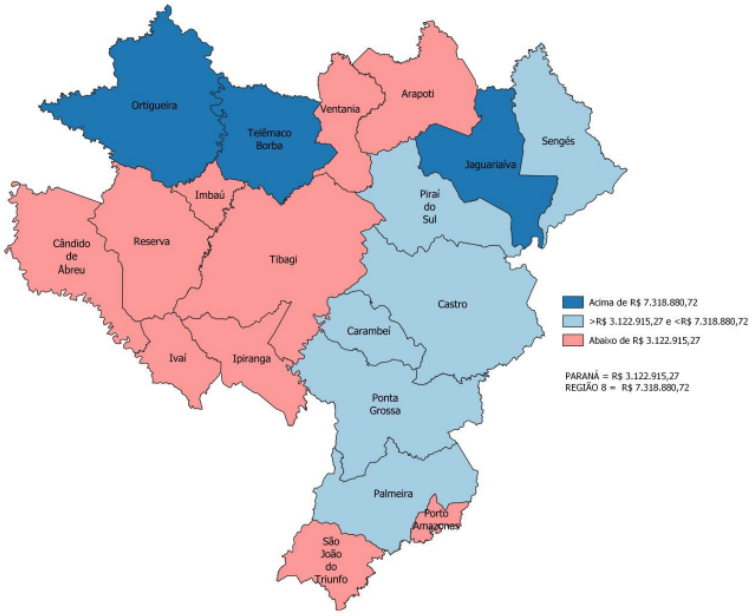
[44] Fonte: https://www.tetrapak.com/pt-br/about-tetra-pak/news-and-events/newsarchive/Tetra-Pak-celebra-mais-de-duas-decadas-de-excelencia-industrial-em-Ponta-Grossa

[45] O VAF corresponde à diferença entre valores das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo Imposto de Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de

estabelecimentos e do número de empregos. O Estado do Paraná registrou, em 2018, o Valor Adicionado Fiscal da Industria de Transformação (VAFI) R$ 103,9 bilhões, que distribuído entre os seus 33.284 estabelecimentos industriais, resultou em uma razão de próxima de R$ 3,12 milhões por unidade. Já a Região 8, por sua vez, apresentou o VAFI de R$ 12,3 bilhões, correspondente a 11,9% do total do estado e que distribuído entre 1683 estabelecimentos industriais levou a uma razão próxima de R$ 7,3 milhões por estabelecimento, o que corresponde a cerca 2,4 vezes a média estadual.

A Figura 5 mostra a distribuição da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos, para os diferentes municípios da Região 8. Pela figura é possível perceber que há uma diferença significativa entre os municípios mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos da região. Em 2018, 10 municípios apresentaram valores desta razão abaixo da média estadual (Arapoti, Candido de Abreu, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Ventania e Tibaji), enquanto que outros 6 municípios registraram valores acima da média do estado (Castro, Carambeí, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Sengés) e 3 acima da média da própria região (Ortigueira, Telêmaco Borba e Jaguariaíva). Estimativas feitas a partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa 2018)[46], indicam que naquele ano o valor por estabelecimento no Brasil ficou próximo a R$ 5,6 milhões. Apesar de a média da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos na região estar maior que o índice estadual e nacional, as diferenças observadas entre municípios da região indicam a necessidade de ações para que o desenvolvimento industrial possa ser ampliado no território.

FIGURA 5 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Industria de Transformação e o Número de Estabelecimentos Industriais na Região 8 – Paraná - 2018



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010. Posição em 21 de janeiro de 2021.

Quando se analisa a razão dada pelo VAFI é dividido pelo número de empregados, o comportamento não é muito diferente. O estado do Paraná registrou, em 2018, geração de valor médio por empregos (razão VAFI/número de empregados) de R$ 164,5 mil, enquanto na Região 8 esta razão indicou um valor de R$ 286,2 mil. No Brasil, ainda segundo estimativas partir de dados PIA Empresa[47], em média o empregado da indústria de transformação gerou uma

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil (IPARDES, 2021).

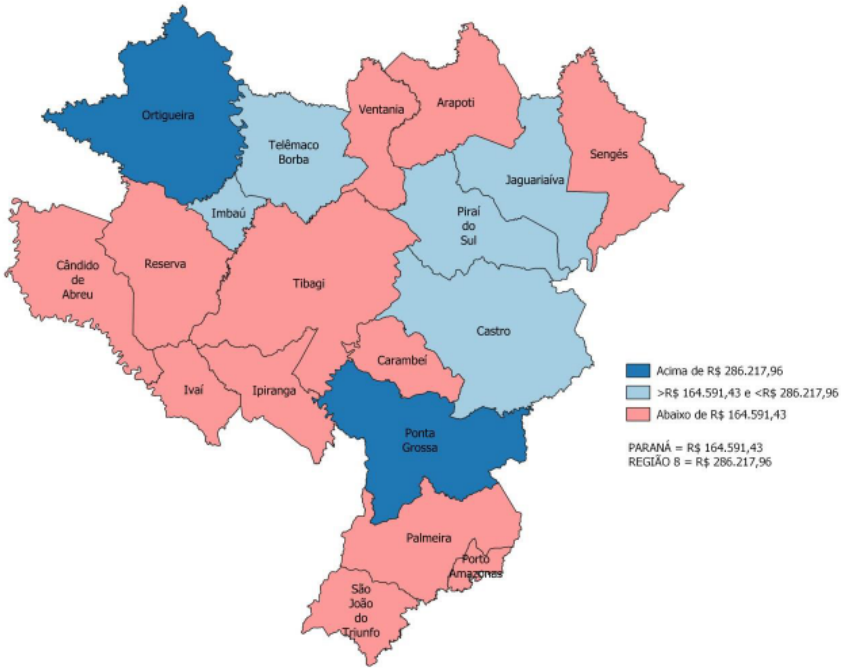
[46] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27995-pia-empresa-309-mil-empresas-industriais-ocupavam-7-7-milhoes-de-pessoas-e-tiveram-receita-liquida-de-r-3-4-trilhoes-em-2018#:~:text=Em%202018%2C%20o%20faturamento%20bruto,2009%20(74%2C7%25).

[47] Pesquisa Industrial Anual, IBGE, 2018.

movimentação de cerca R$ 163,1 mil, valor pouco abaixo da média do estado do Paraná e 1,7 vezes menor que o valor para a Região 8.

Na Figura 6 é apresentada a distribuição da razão entre VAFI e o número de empregados, para a Região 8, de onde se percebe que dois municípios apresentaram valores acima da média da região: Ponta Grossa e Ortigueira. No segundo grupo, com 5 municípios, estão os que apresentaram valores acima da média estadual, mas abaixo da média da região: Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Telêmaco Borba. Por outro lado, 12 municípios registraram valores abaixo da média da própria região e do estado, confirmando as discrepâncias no setor industrial da região, agora também do ponto de vista de mão de obra.

FIGURA 6 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Industria de Transformação e o Número de Empregados da Industria de Transformação na Região 8



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010. Posição em 21 de janeiro de 2021.

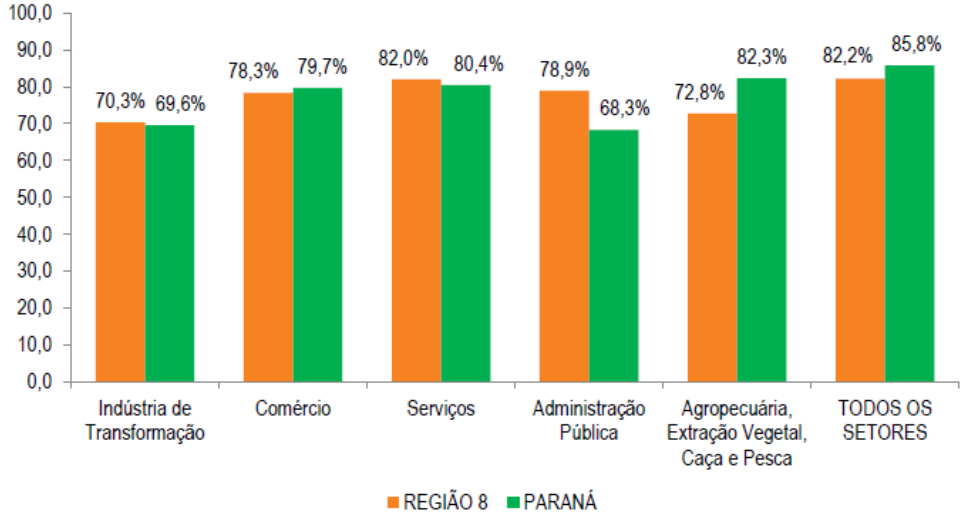
Outro dado importante relacionado ao setor produtivo da Região 8, é a *Razão de Sexo*[48] *do Rendimento Mensal da População de 18 anos e mais*, que representa uma medida da situação de mercado formal de trabalho em termos geográficos, setoriais e influência do sexo no rendimento dos empregados. O Gráfico 18 apresenta a Razão de Sexo em 2019, para oito setores disponíveis nos municípios da Região 8 e para o Paraná, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Deste gráfico é possível perceber que, em média, a diferença entre o rendimento médio das mulheres em relação aos homens era sensivelmente maior na Região 8 do que no Paraná, particularmente nos setores do Comércio e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Ao se considerar o total de 68.278 empregados com vínculo formal de trabalho na Região 8, a Razão de Sexo do Rendimento Mensal da População entre homens e mulheres foi de 82,2%, que significa que para cada R$ 100,00 recebidos por um homem, no momento da pesquisa, a mulher recebeu R$ 82,20. No Paranáá essa razão foi de 85,8%, enquanto que no Brasil[49], o percentual foi de 79,5 %, indicando a necessidade da adoção de políticas adequadas para que

[48] Quanto mais próximo de 100, maior será a igualdade entre os sexos, enquanto que valor abaixo de 100 indica que mulheres recebem menor rendimento que os homens; e acima de 100 indica maior rendimento para as mulheres.
[49] Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge

a Região 8 pode estar mais próxima de atingir objetivo número 5, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)[50].

GRÁFICO 18 – Razão de Sexo (Mulheres/Homens) do Rendimento Médio das Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade Empregadas Formalmente, Segundo Setores Econômicos Principais – Região 8 e Paraná – 2019



FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

Segundo dados de 2010, a taxa de pobreza[51] na Região 8, era de 11,01%, enquanto que no Paraná esse índice era de 6,7%, e no Brasil esse índice era de 15,2%, o que mostra que a região, embora em condição melhor que a média do país, apresenta um resultado pior ao do estado, mesmo tendo um setor privado bastante vigoroso. De acordo com o relatório do IBGE daquele ano, em média, os índices de pobreza são maiores em municípios de porte médio ou pequeno[52], categorias em que se insere a grande maioria dos municípios da Região 8.

Este desafio também era percebido no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região 8. Quando se considera a expectativa de vida da população, IDHM de longevidade do município melhor colocado da Região 8, Ponta Grossa, era de 0,838, ligeiramente maior que o do Paraná, 0,830, e maior que o do Brasil, que era de 0,816. Mesmo assim, considerando a pujança da economia na região, deve-se considerar a necessidade de melhoria no índice. O IDHM de renda médio do mesmo município era de 0,755, ligeiramente menor que a média do estado, que era de 0,757, e acima da média do Brasil, 0,739.

Tal medida pode levar ao fomento do empreendedorismo de oportunidade, possibilitando o nascimento de negócios inovadores na região. Outro fator a ser considerado no enfrentamento desses desafios, é o estímulo ao desenvolvimento tecnológico da região, tanto no ambiente de instituições públicas quanto no ambiente empresarial, ou ainda, com o fomento do empreendedorismo inovador, por meio de ambientes promotores de inovação, tais como, incubadoras, espaços *makers* e *coworking*, parque tecnológico, entre outros.

Com políticas públicas cocriadas com a região aumentam as chances de atendimento das demandas regionais alinhadas ao Estado, além da perspectiva de redução da concentração de riqueza nos centros econômicos mais desenvolvidos. Além disso, um processo de cocriação de políticas, pode fortalecer a presença de jovens talentos por meio de oportunidades regionais,

[50] Fonte: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs
[51] Percentual da população com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo.
[52] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14124-asi-indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%20indica,2010%20(R%24%20510).

ampliando o sentimento de pertencimento, garantindo a geração e distribuição de riqueza para toda sociedade da região.

Também fica evidenciado que as questões de gênero continuam a influenciar a economia regional, urge o desenvolvimento de ações relacionadas ao tema, para minimizar os efeitos danosos para a sociedade. Destaca-se que a economia rural por si só já apresenta, na sua essência, no Brasil essa característica.

Outro ponto a ser analisado são as ações de desenvolvimento do empreendedorismo no território. É fundamental o planejamento de ambientes promotores de empreendedorismo inovador sustentável, para melhorar a dinamização econômica da região, gerar oportunidade para jovens talentos se fixarem no território. Na próxima seção serão analisados indicadores relacionados a infraestrutura do território, destacando como elemento de comparação de desenvolvimento o alcance da telefonia móvel.

1.6 Infraestrutura

Pontos de Atenção:

- Existe margem para melhora nas taxas de domicílios ligados à rede de água;
- Ampliação do atendimento de domicílios para coleta de lixo;
- Aumento da cobertura de domicílios ligados à rede de esgoto;
- O nível de densidade de telefonia celular na região desequilibrada;

Finalizando as análises gerais da Região 8, esta seção apresenta um panorama a respeito de questões ligadas à infraestrutura. Compreende-se que a infraestrutura possibilita o desenvolvimento da região, pois abarca os serviços fundamentais como saneamento básico, transporte e energia elétrica, entre outros.

Dentre os itens fundamentais na infraestrutura de uma região está a ligação de domicílios à rede de água, uma vez que tem impacto direto na saúde e qualidade de vida da população, podendo também ter influência no setor produtivo. Segundo dados de 2010, obtidos no momento de realização das oficinas, a ligação de domicílios à rede de água na Região 8 estava em 86,8%. Este índice para a região, ficava abaixo do encontrado para o Paraná, que na mesma época era de 87,2%. Para efeitos comparativos, no Brasil a taxa de domicílios urbanos ligados à rede de água era de 93,5%[53]. Elevar a taxa de domicílios ligados à rede de água também é um desafio a ser enfrentado na região, pois tal medida ajuda a reduzir a mortalidade infantil, ajuda na saúde bucal, melhora a segurança alimentar e energética da população e do meio ambiente, podendo ter impactos positivos inclusive no setor produtivo da região.

Outro fator ligado à infraestrutura de uma região é a coleta de lixo. No caso da Região 8, em 2010, 75,1% dos domicílios eram atendidos por coleta de lixo. Este número ficava atrás da média estadual, que estava em 79,4%, e abaixo da média nacional, que no período considerado no momento da realização das oficinas encontrava-se em 88,6%[54]. Neste caso, apesar de a média do país abrigar regiões onde a taxa de coleta era menor do que da Região 8, não se pode negar a necessidade de avanços neste item da infraestrutura, uma vez que a coleta e destinação adequada do lixo pode influenciar significativamente qualidade de vida, preservação do meio ambiente, na produtividade e até na geração e riquezas.

Completando este diagnóstico voltado à infraestrutura de saneamento da região, destaca-se ainda a taxa de domicílios ligados à rede de esgoto. Os dados disponíveis no momento da

[53] Fonte: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-17/ibge-626-das-moradias-urbanas-tem-acesso-simultaneo-agua-esgoto-e-coleta-de-lixo.
[54] Fonte: https://www.camara.leg.br/noticias/409496-politica-de-residuos-solidos-enfrenta-desafio-de-sair-do-papel/.

realização das oficinas indicavam que em 2010, 87,2% dos domicílios da Região 8 eram ligados à rede de esgoto. Assim como aconteceu no caso das redes de coleta de lixo e fornecimento de água, o resultado da região é ligeiramente inferior ao do estado, que ficou em 87,51%. A diferença aqui, é que o índice da Região 8 é superior à média nacional no mesmo período, que ficou em 67,1%[55].

Mesmo estando acima da média nacional no último dos três indicadores, os resultados deste diagnóstico ressaltam a necessidade de projetos, investimentos e ações no setor de infraestrutura de saneamento básico, pois, como mencionado, os impactos tendem a se manifestar na qualidade de vida dos habitantes, no meio ambiente e no setor produtivo.

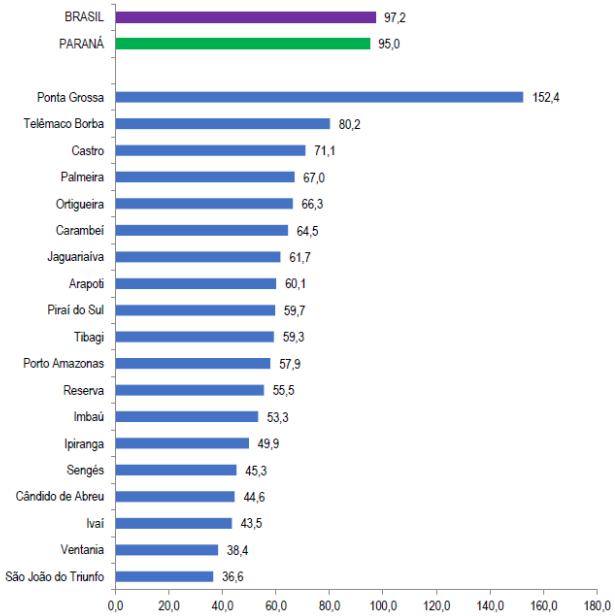
Ainda no contexto do diagnóstico de infraestrutura da Região 8, devem ser destacados indicadores ligados ao setor de comunicações e energia.

Conforme dados do IPARDES, disponibilizados pelo Programa Paraná Produtivo, em 2021, a densidade de acesso à telefonia móvel no Brasil era de 97,2 para cada 100 habitantes, enquanto no Paraná esse número chegou a 95,0 para cada 100 habitantes. Uma visão geral sobre a densidade de acesso à telefonia móvel na Região 8, no Paraná e no Brasil é apresentada no Gráfico 19. Na Região 8, apenas um município ficou acima da média nacional e estadual, Ponta Grossa com 152,4%, sendo que o segundo melhor colocado em acesso foi Telêmaco Borba com 80,2%. Por outro lado, seis municípios ficaram abaixo de 50,0% de densidade de acesso em relação ao estado: São João do Triunfo (36,6%), Ventania (38,4%), Ivaí (43,5%), Cândido de Abreu (44,6%), Sengés (45,3%) e Ipiranga (49,9%).

Considerando que o período pós pandemia de coronavírus revelou os novos cenários de acesso a sistemas de aprendizagem, novas dinâmicas de trabalho, novas ferramentas de compra, novas formas interação com o sistema bancário e até novas de formas de comunicação com o sistema de saúde, o comportamento da densidade de acesso a telefonia móvel na Região 8 requer atenção. O desenvolvimento de projetos e investimentos para a ampliação da rede de telefonia móvel tende a auxiliar no desenvolvimento da região, podendo incrementar a atividade econômica, ajudar no enfrentamento de alguns desafios do sistema educacional e até influenciar na permanência de habitantes na região.[56]

[55] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saneamento-basico/595-proporcao-de-domicilios-com-e-sem-acesso-a-rede-de-esgoto-censo-demografico?filters=1,199.
[56] Foi observado no levantamento de dados que o estado carece de informações mais detalhadas relativas ao acesso às telecomunicações.

GRÁFICO 19 – Densidade de Telefonia Celular a Cada 100 Habitantes – Municípios da Região 8, Paraná e Brasil, 2020



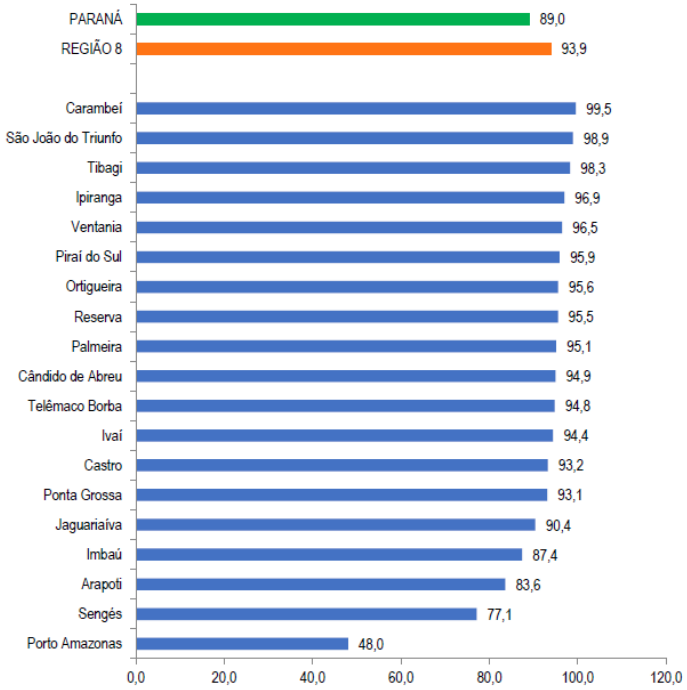
FONTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, 2020.
NOTAS: Dados de dezembro de 2020. A ANATEL publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações, sendo que esses dados são fornecidos à ANATEL pelas próprias prestadoras de serviço. Os números de acessos por município para o serviço de telefonia móvel estão disponíveis somente a partir de janeiro de 2019.

Outro fator preponderante relacionado com a infraestrutura de uma região é o acesso a energia elétrica, pautando-se como um dos pilares da infraestrutura de uma região. Cidades e regiões mais desenvolvidas, possibilitam acesso à energia para toda sociedade, seja em ambiente urbano, rural e ou industrial. Nesse sentido, a parte final desta seção é dedicada a uma análise do acesso à energia elétrica na Região 8, particularmente nos estabelecimentos agropecuários.

Dados do Censo Agropecuário[57] indicavam que, no período de realização das oficinas, Paraná possuía 89,0% dos estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica. No Brasil, percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica era de 83,5%[58], ficando atrás da média do estado do Paraná. O Gráfico 20 apresenta o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica na Região 8, em comparação com o Paraná.

[57] Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.
[58] Fonte: http://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=100281&tit=Censo-Agro-Parana-tem-mais-propriedades-com-energia-e-internet-do-que-a-media-nacional.

GRÁFICO 20 - Percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica (%)- municípios, Região 8 e Paraná - 2017



FONTES: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Na Região 8, foram registrados 24.506 estabelecimentos, destes 23.022 dispunham de acesso à energia elétrica, o que representa 93,9% do total da região, sendo 4,9 pontos percentuais, maior que a média estadual. Um total de 12 municípios ficaram com valor acima do percentual regional, que é também superior ao estadual; três municípios possuíam valor inferior ao regional, mas superior ao estadual; e por fim, quatro municípios possuíam valor inferior ao estadual: Porto Amazonas (48,0%), Sengés (77,1%), Arapoti (83,6%) e Imbaú (87,4%), conforme observado no gráfico 20.

Projetos voltados ao desenvolvimento regional, focados na produtividade ou desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário, devem contemplar uma ampliação da rede de acesso à energia elétrica, fortalecendo a qualidade de vida na região.

Conforme indicado ao longo desta seção, para além dos estabelecimentos agropecuários faz-se necessários ampliar a industrialização dos produtos agrícolas locais, fortalecer a rede de saneamento básico e telecomunicações, em especial a internet no campo, além de promover fortalecimento do mercado local a partir de campanhas de valorização do comércio local e o fortalecimento dos produtos regionais.

Para que uma região promova a atratividade e fortaleça o bem-estar social, é condição mister, a existência de uma boa infraestrutura, pois possibilita o desenvolvimento do empreendedorismo endógeno, assim como estimula a atração de investimentos e empreendimentos. Além disso, uma boa infraestrutura fortalece a competitividade regional, amplia a possibilidade de retenção de talentos e a própria geração de empregos, estimulando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da sociedade e do próprio território.

Como pode ser observado nesta seção as questões básicas de infraestrutura da região, como parâmetros ligados ao saneamento, estavam abaixo da média estadual. Um ponto de atenção é que como existem muitas propriedades rurais essas podem ter contribuído de maneira negativa neste índice, colocando este indicador abaixo da média estadual. Na sequência do texto aparecerão propostas de ações que possam melhorar os indicadores encontrados na região. A próxima seção diz respeito às considerações gerais acerca do território analisado à época.

1.7 Considerações Acerca da Região

Como observado ao longo deste relatório, a Região 8 possui uma economia diversificada, com forte presença de uma produção agropecuária com frequentes recordes de produtividade, um importante polo industrial, com destaque nos setores de bebidas, laticínios e carnes, papel e celulose, embalagens e madeira. Além disso, a região apresenta um grande potencial no turismo sustentável, de aventura, religioso, regional e cultural.

A educação é a base do desenvolvimento territorial e o diagnóstico apresentado neste relatório, indica a necessidade de investimentos que fortaleçam os ativos de conhecimento e tecnológicos na Região 8, possibilitando a geração de oportunidades para que os jovens talentos tenham a "*oportunidade de ter a oportunidade de escolha*". Em relação aos indicadores de desempenho escolar, o planejamento integrado do estado do Paraná deverá fortalecer as ações para maior sucesso escolar, ampliação da permanência dos estudantes de nível superior, assim como os percentuais de pessoas com nível médio e superior. É mister compreender que no ensino superior existe uma necessidade de ampliação de vagas públicas, uma vez que a dominância está com a rede privada.

Em termos de infraestrutura, o diagnóstico apresentado no relatório indica uma demanda por projetos e investimentos voltados a ampliação das redes água, esgoto e coleta de lixo na região. Melhoria na qualidade de vida das pessoas da região, passa por uma melhoria no acesso a serviços médicos e odontológicos, inclusive na própria presença de profissionais da saúde. No caso da telefonia móvel, estima-se um crescimento no agronegócio com a introdução da agricultura 4.0 e com o 5G, tornando-se premente o desenvolvimento de ações que democratizem o acesso a telefonia móvel de qualidade, assim como de energia limpa e acessível, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais.

O impacto de projetos, investimentos e melhoria da infraestrutura da região pode trazer resultados positivos na qualidade de vida dos habitantes, meio ambiente e produtividade.

Finalizando esse relatório da Região 8, compreende-se que o estímulo ao empreendedorismo inovador endógeno seja fundamental para o desenvolvimento do território. Desta forma torna-se primordial o planejamento e execução de Ambientes Promotores de Inovação, ou Habitats de Inovação, tais como: pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, hubs de inovação, parques tecnológicos, entre outros. Tais ambientes podem contribuir para o estímulo do empreendedorismo de oportunidade, vinculados a uma política territorial de desenvolvimento em rede, com legislações que fomentem a inovação, conectadas com os atores do possível ecossistema de inovação, seja com os atores de conhecimento, fomento, governamental, empresarial, institucionais e os próprios habitats de inovação.

Os pontos analisados ao longo deste relatório tornam-se uma fotografia do momento em que foram realizadas oficinas de diagnóstico na região. Desta forma, este relatório pode conter distorções que poderão ser analisadas com o desenvolvimento do monitoramento dos pontos de atenção levantados ao longo deste documento. Cabe ao responsável pelo planejamento compreender os dados apresentados e desenvolver ações que fortaleçam a identidade do jovem com o território, minimizando o êxodo, fortalecendo os programas educacionais, gerando uma maior expectativa de equidade de gênero, assim como, um maior número de profissionais da saúde que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da sociedade da Região 8.

O próximo capítulo discorre acerca das oficinas realizadas em loco, e mais uma vez destaca-se o momento em que foram realizadas, assim como se trata de uma fotografia de momento.

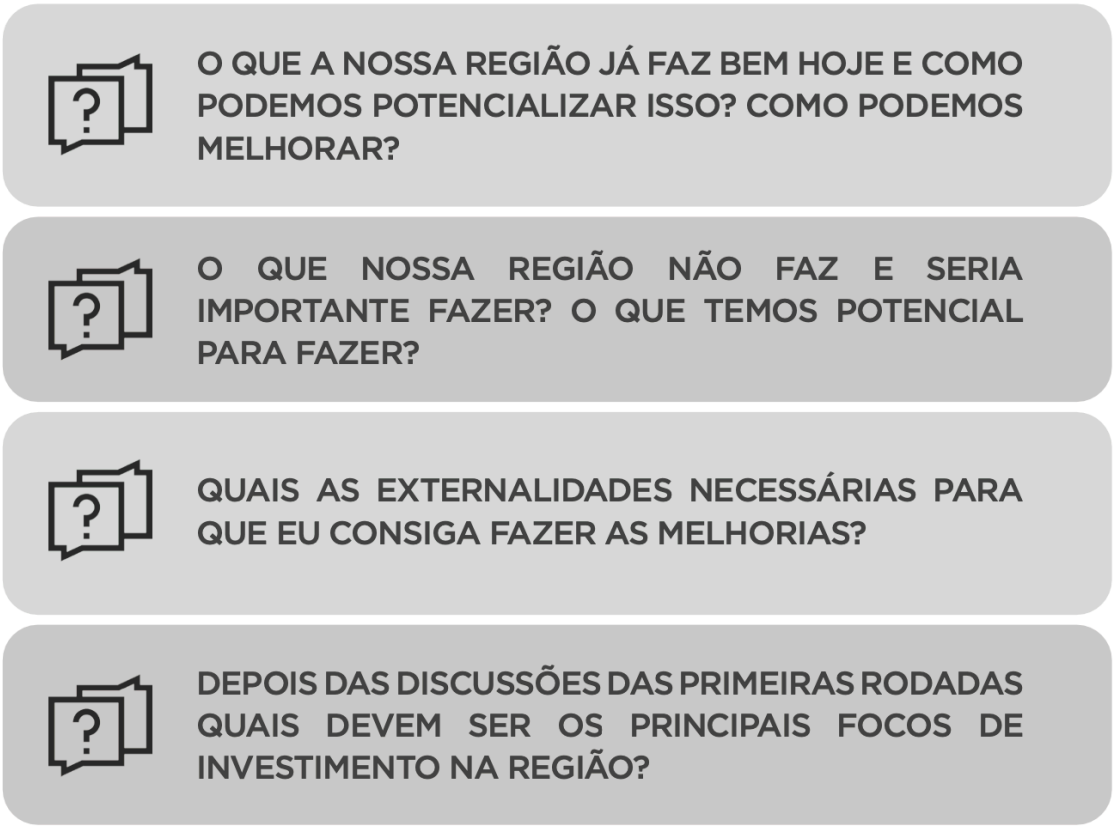
2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 08 - PONTA GROSSA

2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico

A primeira oficina da Região 8 foi realizada no dia 18 de novembro de 2021. Neste dia, às 13h30 deu-se início a Oficina de Mobilização e Diagnóstico com acesso das atividades via portal Paraná Produtivo. Foi sugerido aos participantes que trouxessem palavras para expressar "*Quais eram suas expectativas para o dia de hoje?*" Os participantes sugeriram termos como: agricultura familiar, infraestrutura e turismo.

Em seguida, o especialista João Ricardo Tonin, do Serviço Social Autônomo, Paraná Projetos, apresentou os dados referentes ao panorama socioeconômico da região, com o objetivo de instrumentalizar as discussões.

Dando continuidade, os participantes foram divididos em grupos para discutir sobre as demandas da região. Em cada grupo uma liderança de algum dos municípios foi convidada para ser anfitriã, mediando assim as discussões e estimulando o protagonismo local. Nos grupos foram discutidas as seguintes questões:



A oficina contou com participação ativa dos agentes locais, que apresentaram diversas questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional. Ao final da atividade, os anfitriões fizeram relatos sobre a oficina, inclusive com elogios ao governo pela iniciativa, e ressaltaram os aspectos positivos associados ao fato de o Programa Paraná Produtivo ser construído junto com os atores locais.

Durante a Oficina de Mobilização e Diagnóstico foi feito um trabalho coletivo de mapeamento das potencialidades da região, bem como de identificação de prioridades de investimento. A partir daí, foi possível sistematizar os temas que possuem maior aderência com as necessidades de desenvolvimento da região, além de agrupar as demandas debatidas na oficina, de acordo com

os eixos prioritários estabelecidos pelo programa. Os resultados foram organizados de acordo com os seguintes eixos:



Agrupamento em temas divididos pelos eixos do Programa - Elaborado pela Paraná Projetos

a. Pessoas

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

- Promover capacitação para a elaboração de projetos dentro da região.
- Capacitação profissional, formação na área do turismo.
- Capacitação em empreendedorismo para agricultura familiar;
- Promover a formação de lideranças;
- Desenvolver a cultura associativista;
- Desenvolver a educação empreendedora regional;
- Levar à educação empreendedora para os municípios menores, evitando a saída dos jovens do interior;
- Fortalecer o pequeno agricultor, com mecanismo de gestão e capacitação;
- Capacitar para a qualificação profissional e educação empreendedora:
- Estimular e fortalecer o associativismo e cooperativismo para fortalecimento local e regional;
- Investir na capacitação e educação empreendedora para jovens;
- Formar mão de obra nos municípios para elaboração de projetos para captação de recursos.

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	• Desenvolver a cultura cooperativista, dar suporte financeiro e técnico para que seja estabelecido seus negócios de forma cooperativa; • Implantar a educação empreeendedora como disciplina em todos os níveis educacionais, para estimular os cidadãos no município a desenvolverem emprego e renda; • Aproximar o ensino das Universidades/escolas técnicas às realidades das empresas. • Modernizar/atualizar o ensino de maneira geral; • Fortalecer a educação nível básico e médio para as cidades com a menor taxa do IDEB.
CURSOS SUPERIORES	• Fortalecer a educação superior e educação profissional.

b. Infraestrutura

LOGÍSTICA	• Criar linha ferroviária para o turismo e para movimentação de passageiros e cargas; • Implantar um aeroporto em uma área estratégica dentro da região; • Melhorar/pavimentar as estradas rurais, acesso aos municípios; • Melhorar a Infraestrutura, principalmente de acesso rodoviário (estradas locais e regionais); • Melhorar e ampliar a malha já existente, bem como a abertura de novos ramais e melhorar os acessos principais dos municípios visando o melhor escoamento dos produtos característicos de cada cidade; • Melhorar a infraestrutura (viabilizar um local adequado com condições propícias para atendimento da comunidade) das feiras de produtores da região; • Investir em estrutura para polos Universitários regionalizados facilitando o acesso a educação superior e mantendo a força de trabalho na cidade; • Investir em infraestrutura (estradas, parques industriais, tecnologia).

SERVIÇOS BÁSICOS	• Ampliar o saneamento básico e implantar poços artesianos; • Melhorar a infraestrutura das transmissões de sinal de telefonia celular e internet na área rural; • Investir em geração de energias sustentáveis e renováveis (informação, incentivos, linhas de crédito).

c. Sistemas Produtivos

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	• Desenvolver indústria moveleira em madeira e derivados de madeira; • Promover a implantação da indústria de transformação; • Incentivar e desburocratizar para apoio as micro e pequenas empresas (ex-municípios desatualizados com relação a lei vigente); • Gerar emprego e renda - diversificação das indústrias.
INOVAÇÃO	• Fomentar a inovação e do empreendedorismo na região; • Incentivar a Inovação tecnológica; • Inovar no setor público, gestão inteligente onde o foco é o cidadão (ex: questões como acessibilidade e mobilidade).
AGRICULTURA E PECUÁRIA	• Beneficiar a produção agrícola na região, para agregar valor aos produtos; • Fortalecer a agricultura familiar – suporte técnico/novas alternativas com o Turismo Rural / Desenvolvimento das propriedades com inovação e capacitação das novas gerações; • Fortalecer programas que geram mais alternativas para a agricultura familiar e a produção local, como “Matas Sociais”, Pagamentos por Serviços Ambientais, Melipolicultura; • Ampliar o apoio a agroindústria regional, agregar valor aos produtos da região.

AGRICULTURA E PECUÁRIA	• Criar programa de apoio e incentivo 30 produtor agrícola familiar nas questões técnicas, comerciais e de crédito; • Investir no desenvolvimento da Agricultura Familiar da Região, apoio financeiro a projetos de desenvolvimentos e diversificação de produção e incentivo a (fruticultura, olericultura, agroindústria, etc.) desenvolvimento de novas atividades.
TURISMO	• Organizar e financiar Rede Regional na área de turismo, infraestrutura e produção do pequeno e médio empresário; • Criar novas alternativas de desenvolvimento regional através do Turismo, valorizando potencialidades locais; • Incentivar investimentos nos setores produtivos potenciais da região (turismo); • Ampliar Programa de Investimentos para a melhoria da infraestrutura turística para os municípios do interior do Paraná; • Desenvolver o turismo regional: criar rotas, qualificar os empresários no atendimento aos turistas, facilitar o acesso ao crédito para as empresas de turismo para melhorar a infraestrutura de forma geral; • Fomentar política de integração e divulgação do turismo regional.

d. Governança e Gestão

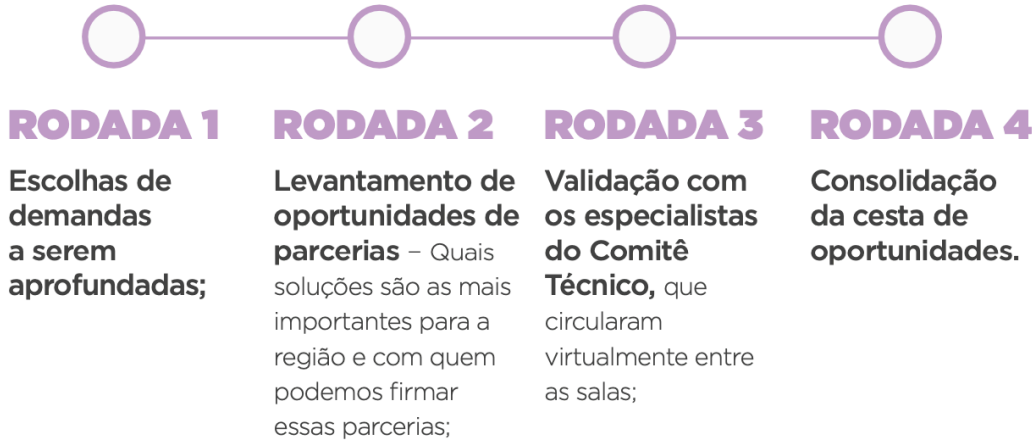
GOVERNANÇA E GESTÃO	• Estimular o desenvolvimento sustentável: Planos de trabalho, Planos Municipais de Saneamento Básico (Gerenciamento de Resíduos Sólidos) em conformidade com o Marco Regulatório; • Municipalizar os serviços da área da saúde; • Constituir consórcios para melhorias de infraestrutura regional, por ex consórcio para manutenção de estradas rurais, beneficiando as propriedades rurais e o desenvolvimento do turismo regional; • Modernizar a legislação municipal; • Implementar políticas públicas para facilitar a comercialização e interação entre os municípios; • Investimentos Públicos: Infraestrutura, incentivo fiscal e tributário, linhas de crédito para o setor produtivo.

2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias

A Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 8 foi realizada no dia 02 de dezembro de 2021, no período da tarde, das 13h30 às 17h30. A condução e facilitação da oficina, realizada com o assessoramento de consultoria especializada, permitiu o engajamento e a participação dos atores locais e regionais, criando um ambiente para discussões e empoderamento.

A equipe técnica do programa identificou as iniciativas do governo do estado e de instituições parceiras do programa, que poderiam contribuir para a implementação das ações prioritárias dos planos regionais e que serviriam de suporte para a próxima etapa do Programa Paraná Produtivo.

Em seguida os participantes foram divididos em grupos, para a construção, em quatro momentos, de uma *Cesta de Oportunidade da Região*:



Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias os participantes, com o auxílio do Comitê Técnico, buscavaram soluções que melhor atendessem as demandas identificadas como importantes para o desenvolvimento da região.

No diagrama mostrado a seguir são apresentadas as demandas regionais (no centro) e os potenciais parceiros, bem como um exemplo para cada eixo do programa. Os dados completos de todas as demandas estão disponíveis para consulta no Portal do Programa Paraná Produtivo.

a. Pessoas



No Eixo Pessoas, as principais oportunidades de parcerias identificadas foram no sentido de estimular e fortalecer o associativismo e cooperativismo. Neste contexto, a SEAB conta com dois programas de atuação focada nas associações e cooperativas, são eles: o Programa Coopera Paraná e o Programa Compra Direta Paraná. Por meio destes programas pode ser possível a melhoria qualitativa da gestão das associações e cooperativas, bem como a priorização das cooperativas e associações da agricultura, na aquisição de produtos alimentícios pelo Governo do Estado do Paraná.

Para apoiar na criação da cultura associativa, cursos de capacitação são oferecidos por Sesc/Senac, Senai, Sebrae e SEJUF, possibilitando fortalecer a qualificação técnica dos colaboradores e gestores das associações e cooperativas, com reflexos na própria gestão

regional. Além disso, de modo a ampliar da produção rural, a SEAB disponibiliza linhas de financiamento pelo Banco do Agricultor, que podem financiar projetos de diversas culturas agrícolas. No mesmo contexto, para a aquisição de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, existe ainda o Programa Trator Solidário, que por meio de uma parceria da SEAB/ IDR/Fomento PR, concede condições facilitadas para a aquisição desses equipamentos.

Em termos de crédito, a SEJUF possui linhas de microcrédito para empreendedores, que podem ser acessadas por associações e cooperativas. Deste modo, o fortalecimento do cooperativismo e associativismo conta com inúmeras possibilidades de parcerias que podem ser utilizadas dentro do Programa Paraná Produtivo, com ações em diversos níveis da cadeia produtiva agropecuária. Estas ações podem ocorrer desde o campo até a venda do produto final, passando pela gestão das associações e pelo estabelecimento de uma cultura associativa na região.

b. Infraestrutura

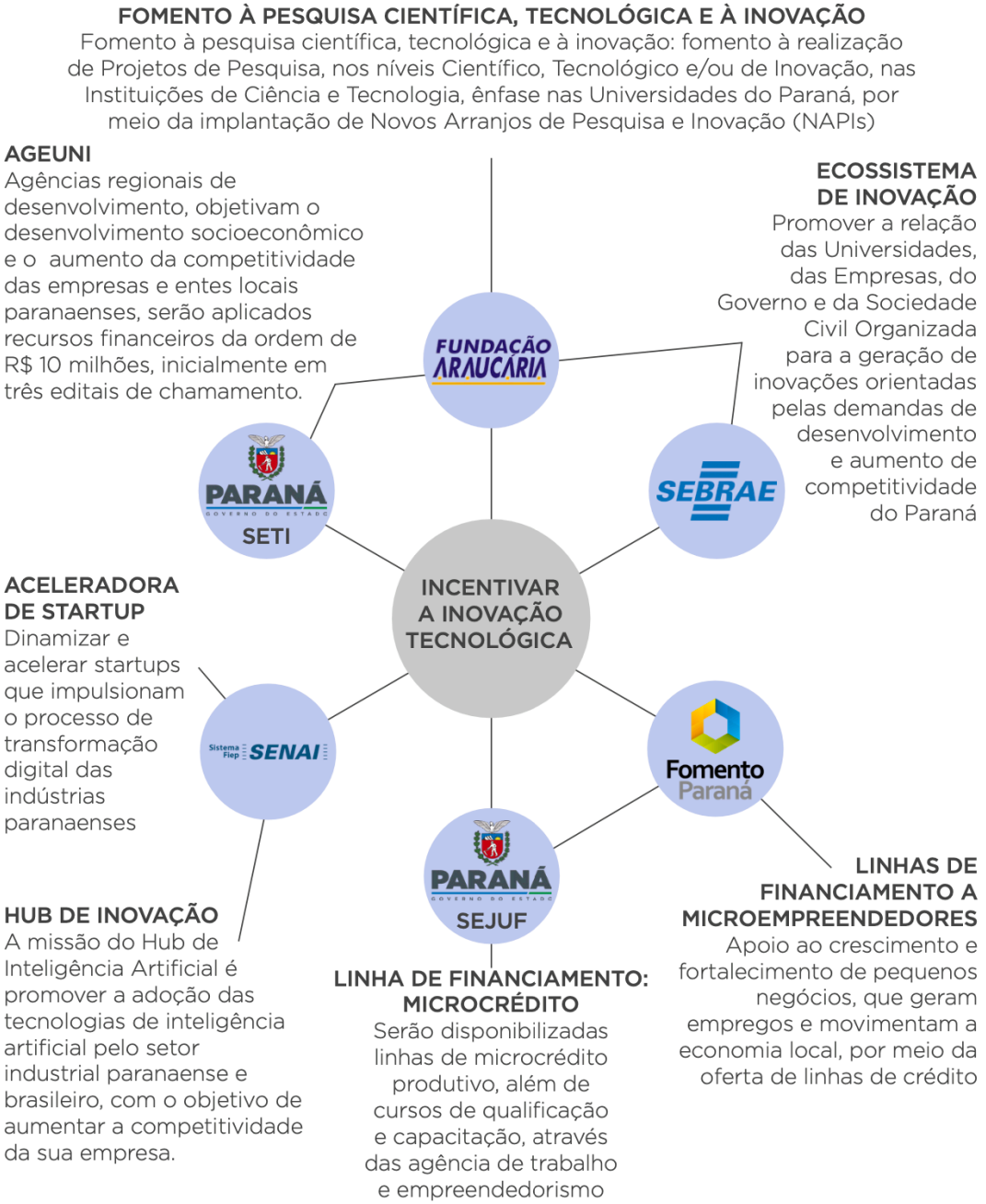


Dentre as demandas de infraestrutura, destaca-se a necessidade de melhoria das estradas rurais que dão acesso aos municípios. Para tanto, há disponibilidade de programas para financiamento, via SFM, para a execução destas obras, contando com parceiros como SEAB/IDR, Detran, SEDU/PARANACIDADE e COHAPAR.

Além disso, para a execução de obras, a região conta com oportunidades de parcerias oferecidas pelo IDR, através do Programa Estradas da Integração, com colocação de pedras em estradas rurais, e pelo Detran, para a sinalização viária.

Desta forma, com a infraestrutura de vias urbanas e rurais melhorada, a região ganha eficiência no escoamento da produção agrícola e industrial, tornando-se também um atrativo para novas empresas que desejem se instalar nos municípios da região, possibilitando também o melhor acesso de turistas às áreas mais afastadas.

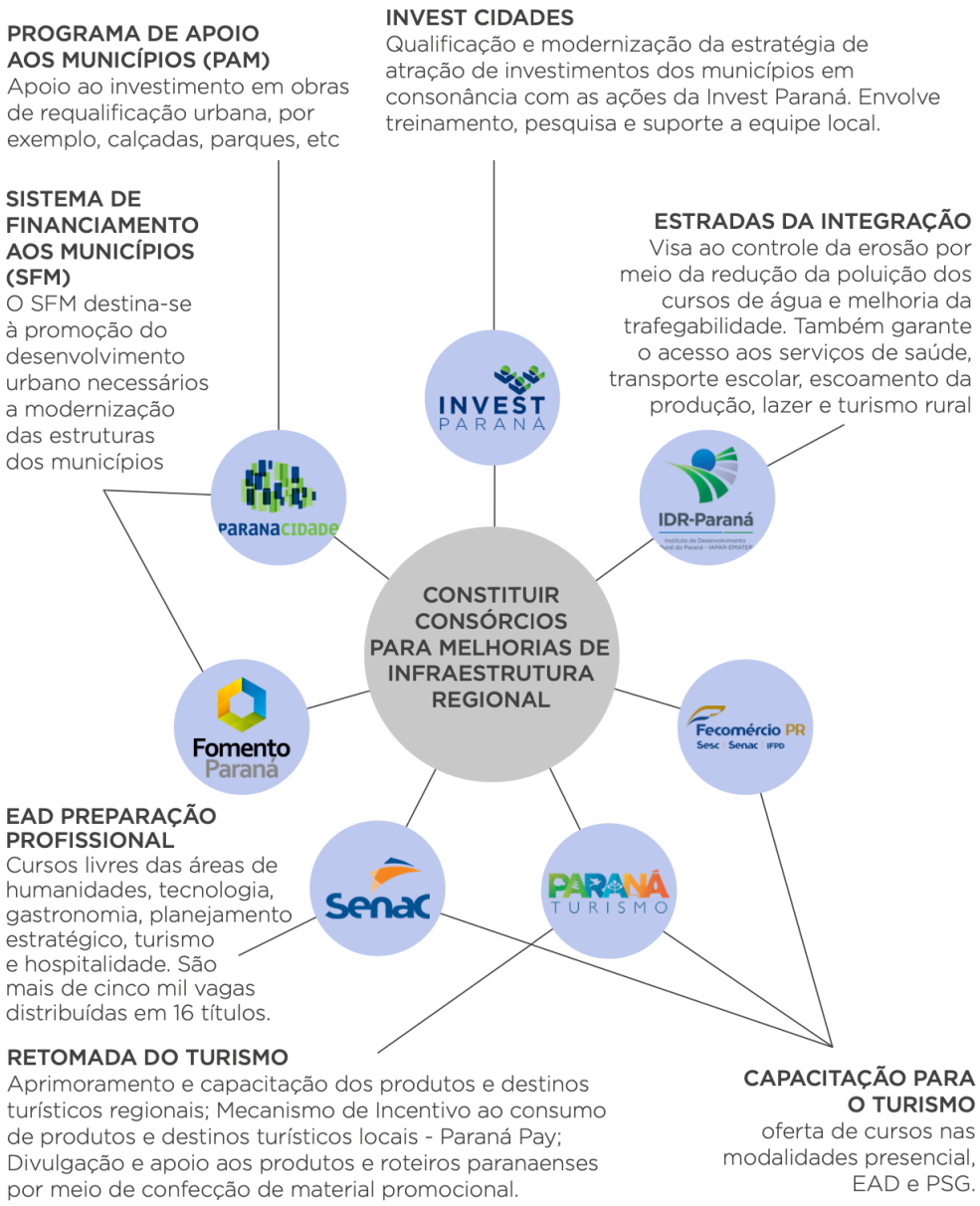
c. Sistemas Produtivos



No Eixo Sistemas Produtivos foram identificadas parcerias para incentivo à inovação tecnológica, com linhas de financiamento e microcrédito a empreendedores oferecidos pela SEJUF e Fomento PR. Além disso, os novos empreendedores podem acessar programas de aceleração de startups e desenvolvimento de ecossistemas de inovação, oferecidos por entidades como SETI, Fundação Araucária e Senai.

Com o apoio destes parceiros, é possível a interação estratégica entre governo, universidades, setor empresarial e sociedade civil, no desenvolvimento de produtos e de atividades cada vez mais complexas e inovadoras. Como resultado deste processo, pode ocorrer a diversificação das atividades econômicas, caracterizando-se em grande passo rumo ao desenvolvimento produtivo regional.

d. Governança e Gestão



No Eixo Governança e Gestão foi levantada a necessidade da constituição de consórcios para a melhoria da infraestrutura regional, demanda esta que poderá ser atendida pela própria integração dos parceiros no Programa Paraná Produtivo, que tende a se constituir em vetor de ampliação dos diálogos entre entidades.
Ademais, no que se refere à infraestrutura, ações já mencionadas anteriormente, como o SFM e Estradas da Integração, apareceram novamente como oportunidades. Outros exemplos são o Programa Invest Cidades, que pode potencializar a atração de investimentos, e os programas de capacitação em turismo da Paraná Turismo, Fecomércio e Senac.

2.3 Oficina de Priorização

Com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, a Oficina de Priorização procurou ranquear as demandas que, segundo os participantes, precisariam de maior atenção. Na Região 08, a oficina ocorreu de forma remota no dia 16 de dezembro das 13h30 às 17h30. Separados em grupos, os participantes discutiram coletivamente quais seriam as cinco ações que deveriam, em

cada eixo, ser priorizadas para o desenvolvimento regional. Os resultados estão apresentados nos quadros mostrados a seguir.

a. Pessoas

No Eixo Pessoas, a questão da qualificação profissional foi considerada fundamental em todas as ações priorizadas. Os participantes destacaram a necessidade de desenvolver a cultura cooperativista na região. Os participantes também ressaltaram a necessidade de ampliar o acesso à educação empreendedora.

Promover capacitação para a elaboração de projetos dentro da região. Capacitação profissional, formação na área de turismo. Capacitação em empreendedorismo para agricultura familiar



TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 11
TEMPO: Curto

Aproximar o ensino das universidades / escolas técnicas à realidade das empresas. Modernizar / atualizar o ensino de maneira geral



TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 3
TEMPO: Curto

Estimular e fortalecer o associativismo e cooperativismo para fortalecimento local



TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 11
TEMPO: Curto

Implantar a educação empreendedora como disciplina em todos os níveis educacionais, para estimular os cidadãos no município a desenvolverem emprego e renda



TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 0
TEMPO: Curto

Desenvolver a cultura cooperativista, dar suporte financeiro e técnico para que seja estabelecido seus negócios de forma cooperativa.



TEMA: Capacitação e Formação
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Curto

b. Infraestrutura

No Eixo Infraestrutura os participantes das oficinas fizeram apontamentos em diversas áreas. Especificamente em relação à mobilidade, foram destacadas necessidades de melhorar e pavimentar as estradas rurais e o acesso aos municípios.

Também foram priorizadas ações nas áreas de saneamento básico, energias sustentáveis e em estruturas de pólos universitários.

Melhorar e ampliar a malha viária já existente, bem como a abertura de novos ramais e melhorar os acessos principais dos municípios visando o melhor escoamento dos produtos característicos de cada cidade



TEMA: Logístca
OPORTUNIDADES: 8
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Investir em estrutura para polos Universitários regionalizados facilitando o acesso a educação superior e mantendo a força de trabalho na cidade



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 16
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Ampliar o saneamento básico e implantar poços artesianos



TEMA: Serviços básicos
OPORTUNIDADES: 4
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Investir em geração de energias sustentáveis, renováveis, informação/incentivo/linhas de crédito



TEMA: Serviços básicos
OPORTUNIDADES: 4
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Melhorar / pavimentar as estradas rurais, acesso aos municípios



TEMA: Logística
OPORTUNIDADES: 6
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

c. Sistemas Produtivos

No Eixo Sistemas Produtivos, as demandas priorizadas estão relacionadas ao fomento à inovação tecnológica e ao empreendedorismo na região. Temas como a Agricultura Familiar e o turismo rural também foram considerados importantes.

Fortalecer a agricultura familiar - suporte técnico / novas alternativas com o Turismo Rural / Desenvolvimento das propriedades com inovação e capacitação das novas gerações



TEMA: Agropecuária
OPORTUNIDADES: 09
TEMPO: Curto

Incentivar e desburocratizar para apoio às micro e pequenas empresas (ex. municípios desatualizados com relação a lei vigente)



TEMA: Indústria, Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Curto

Estimular a inovação tecnológica



TEMA: Inovação
OPORTUNIDADES: 9
TEMPO: Curto

Promover a implantação da indústria de transformação



TEMA: Indústria, Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 4
TEMPO: Médio

Fomentar a inovação e o empreendedorismo na região



TEMA: Inovação
OPORTUNIDADES: 9
TEMPO: Curto

d. Governança e Gestão

Em Governança e Gestão, as discussões dos grupos destacaram a importância de questões relacionadas ao estimulo do Desenvolvimento Sustentável.

Estimular o desenvolvimento sustentável: Planos de trabalho, Planos Municipais de Saneamento Básico (Gerenciamento de Resíduos Sólidos) em conformidade com o Marco Regulatório



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 3
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Implementar políticas públicas para facilitar a comercialização e a interação entre os municípios



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 2
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Constituir consórcios para melhorias de infraestrutura regional, por exemplo, consórcio para manutenção de estradas rurais, beneficiando as propriedades rurais e o desenvolvimento do turismo regional



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 3
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investimentos Públicos: Infraestrutura, incentivo fiscal e tributário, linhas de crédito para o setor produtivo



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 7
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Modernizar a legislação municipal



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 0
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Em todos os quadros estão presentes, além da informação relativa à ação, o tema ao qual se conecta, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado, as parcerias possíveis para sua efetivação, assim como a perspectiva de tempo para execução.

e. Participação Social





OFICINA DIAGNÓSTICO	OFICINA OPORTUNIDADES DE PARCERIAS	OFICINA PRIORIZAÇÃO
18/11/21	02/12/21	16/12/21

3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Na oficina de priorização os participantes elegeram 5 prioridades de cada Eixo, que foram classificadas com estrelas de forma decrescente.

Na região 8, as demandas priorizadas no Eixo **Pessoas** foram:

- **a)** promover capacitação para a elaboração de projetos dentro de cada região;
- **b)** capacitação profissional, formação na área de turismo;
- **c)** capacitação em empreendedorismo para a agricultura familiar;
- **d)** aproximar o ensino das universidades e escolas técnicas à realidade das empresas;
- **e)** modernizar e atualizar o ensino de maneira geral;
- **f)** estimular e fortalecer o associativismo e cooperativismo para fortalecimento local;
- **g)** implantar a educação empreendedora como disciplina em todos os níveis educacionais, para estimular os cidadãos no município a desenvolverem emprego e renda;
- **h)** desenvolver a cultura cooperativista, dar suporte financeiro e técnico para que seja estabelecido seus negócios de forma cooperativa.

É importante reforçar que todas essas demandas surgiram de discussões realizadas pelos participantes das oficinas, e que nas primeiras oficinas foram apresentados os dados deste relatório, sendo assim, essa pequena análise das prioridades busca fazer um fechamento desta etapa do Programa.

Entre as demandas de educação foi solicitado a modernização e a atualização do ensino “de maneira geral”, este é um exemplo de demanda que extrapola as competências de um Programa de desenvolvimento regional, mas que apresenta uma insatisfação regional em relação a questão educacional. Os dados do relatório diagnóstico mostraram que, nesta região, predomina no mercado de trabalho formal a presença de pessoas com baixa escolaridade.

Aproximadamente 90% dos estudantes do ensino fundamental e médio da região estão matriculados na rede pública de ensino. O que mostra a importância do investimento do estado para oferecer boas oportunidades de educação aos adolescentes e jovens que residem no território.

No Eixo **Infraestrutura**, as demandas priorizadas foram:

- **a)** melhorar e ampliar a malha viária já existente, bem como a abertura de novos ramais e melhorar os acessos principais dos municípios, visando o melhor escoamento dos produtos característicos de cada cidade;
- **b)** investir em estrutura para polos universitários regionalizados facilitando o acesso à educação superior e mantendo a força de trabalho na cidade;
- **c)** ampliar o saneamento básico e implantar poços artesianos;
- **d)** investir em geração de energias sustentáveis, renováveis, informação, incentivo e linhas de crédito;
- **e)** melhorar e pavimentar as estradas rurais, acesso aos municípios.

Existem obras de infraestrutura viária que estão previstas no exercício deste quadriênio, as quais devem beneficiar a região. Entre elas estão, a duplicação entre Piraí e a divisa com São Paulo e o contorno de acesso à Castro, a ampliação da capacidade da PR-151 em Sengés, e a restauração e ampliação de capacidade no trecho de Porto Ubá até o acesso a Furnas. Esta questão de mobilidade e logística rodoviária, foi uma das prioridades que se destacaram entre as demais.

Sobre a demanda relacionada às energias renováveis, é importante mencionar que existem iniciativas para facilitar o acesso às energias renováveis, como por exemplo, o Programa InovaPR, que disponibiliza linhas de financiamento e equalização de taxas de juros que incentivam a implantação de tecnologias de geração e uso de energias renováveis. A seleção dos projetos é feita pelo IDR e os projetos beneficiam majoritariamente às propriedades rurais.

No Eixo **Sistemas Produtivos**, as demandas priorizadas foram:

a) fortalecer a agricultura familiar – suporte técnico e novas alternativas com o Turismo Rural e desenvolvimento das propriedades com inovação e capacitação das novas gerações;
b) incentivar e desburocratizar para apoio às micro e pequenas empresas (ex. municípios desatualizados com relação a lei vigente);
c) estimular a inovação tecnológica;
d) promover a implantação da indústria de transformação;
e) fomentar a inovação e o empreendedorismo na região.

Os dados do relatório diagnóstico mostram que a produção agropecuária é uma atividade que tem destaque na Região 08. Cerca de 54% da madeira (papel e celulose) produzida no estado vem da região. Além disso, também são produzidos no território, 29% da madeira em tora, 27,3% do feijão e 26% da aveia (Figura 4). Os empregos neste setor apresentam resultados positivos, enquanto os empregos na indústria apresentam crescimento em alguns municípios e decrescimento em outros.

A prioridade de fortalecer a agricultura familiar se justifica pelo fato de que na região 72,8% dos estabelecimentos agropecuários são utilizados nesta modalidade. Esta atividade é a base econômica de parte considerável dos pequenos municípios do Estado do Paraná, e pode ser considerada uma atividade promissora, por gerar mais empregos do que a agricultura mecanizada de grande escala. Além do mais, a produção da agricultura familiar é considerada sustentável por ser mais diversificada, respondendo assim por parte considerável da produção dos alimentos consumidos no país.

No Eixo **Governança e Gestão**, foram priorizados:
a) estimular o desenvolvimento sustentável, com Planos de trabalho, com Planos Municipais de Saneamento Básico (Gerenciamento de Resíduos Sólidos), em conformidade com o Marco Regulatório;
b) implementar políticas públicas para facilitar a comercialização e a interação entre os municípios;
c) constituir consórcios para melhorias de infraestrutura regional, por exemplo, consórcio para manutenção de estradas rurais, beneficiando as propriedades rurais e o desenvolvimento do turismo regional;
d) investimentos Públicos: Infraestrutura, incentivo fiscal e tributário, linhas de crédito para o setor produtivo;
e) modernizar a legislação municipal.

O fortalecimento dos Conselhos Gestores Regionais pode promover o atendimento das demandas de governança e gestão relacionadas a melhorar a interação dos municípios e promover o desenvolvimento de projetos conjuntos, como consórcios e infraestrutura de beneficiamento.

A modernização da legislação municipal ultrapassa as competências do Paraná Produtivo, porém, a modernização da gestão estadual empreendida pelo atual governo, pode gerar um efeito virtuoso que pode ser replicado no âmbito municipal.

Na região 8, foram eleitas como macro prioridades: **Fortalecer a agroindústria e a agricultura familiar** e **fortalecer a logística rodoviária**. Os dois temas já abordados nesta análise se desdobram em vários projetos contemplados dentro do Plano Plurianual (2024-2027).

3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização

EIXO PESSOAS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• O envelhecimento populacional não é tão intenso quando comparado a outras regiões do Estado; • Há margem para melhoria nos serviços de saúde, tanto em termos estruturais quanto no âmbito do contingente de profissionais da área; • Distorção idade-série inferior ao resultado paranaense; • IDEB do ensino médio abaixo da meta.	• Promoção da capacitação para a elaboração de projetos dentro de cada área da região; • Formação na área de turismo; • Capacitação em empreendedorismo para a agricultura familiar; • Aproximação do ensino das universidades e das escolas técnicas com a realidade das empresas; • Estímulo ao associativismo e cooperativismo para o fortalecimento local; • Desenvolvimento da cultura cooperativista, com suporte financeiro e técnico para que sejam estabelecidos negócios de forma cooperativa.	• Dada a influência de municípios maiores, como Ponta Grossa e Castro, os resultados socioeconômicos não se distinguem muito dos estaduais; • Avanços na área de saúde são necessários; • Assim como em todo o Estado, o IDEB do ensino médio precisa evoluir; • O cooperativismo já é bastante desenvolvido na região, com a presença do grande capital agroindustrial, embora haja margem para avanço; • Há considerável potencial para o turismo.

EIXO INFRAESTRUTURA		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Indicadores próximos da média estadual na área de saneamento; • Cobertura da coleta de lixo abaixo da média do Estado.	• Melhoria da malha viária já existente, incluindo os acessos aos municípios, objetivando um melhor escoamento da produção; • Investimento em estrutura para polos universitários regionalizados, facilitando o acesso à educação superior e mantendo a força de trabalho na cidade; • Ampliação do saneamento básico e implantação de poços artesianos; • Investimentos em geração de energias sustentáveis e renováveis.	• Avanço em termos de serviços básicos pode ter, como um dos pilares, os arranjos público-privados; • Expansão dos polos universitários pode contar com as estruturas públicas presentes na região, incluindo também IES privadas; • Proposta de expansão/modernização da malha viária precisa estar inserida em um contexto de concessões rodoviárias; • Projetos na área de energia renovável precisam estar inseridos em planos estadual e federal.

EIXO SISTEMAS PRODUTIVOS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Resultados heterogêneos quanto ao PIB municipal per capita; • Considerável número de empregos na atividade agropecuária; • Ampliação de ambientes de inovação.	• Fortalecimento da agricultura familiar (suporte técnico, turismo rural e capacitação das novas gerações); • Apoio às micro e pequenas empresas, incluindo esclarecimentos quanto à lei vigente); • Estímulo à inovação tecnológica; • Expansão da indústria de transformação; • Fomento ao empreendedorismo na região.	• Empreendedorismo e apoio às micro e pequenas empresas podem contar com o Sistema S; • Ambientes de inovação podem ser promovidos por meio de arranjos público-privados; • Não obstante a estruturação de cadeias agroindustriais importantes na região, há espaço para avanço, abarcando municípios menos desenvolvidos.

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Concentrado em números da saúde e educação.	• Estímulo ao desenvolvimento sustentável, com Planos Municipais de Saneamento Básico (Gerenciamento de Resíduos Sólidos), em conformidade com o marco regulatório; • Implementação de políticas para facilitar a comercialização e a interação entre os municípios; • Constituição de consórcios para melhorias da infraestrutura regional, como a manutenção de estradas rurais, beneficiando as propriedades rurais e o desenvolvimento do turismo regional; • Incentivo fiscal e tributário e linhas de crédito para o setor produtivo; • Modernização das legislações municipais.	• Avanços institucionais (legislações, instrumentos de planejamento, consórcios, entre outros) integram os principais pleitos da região, demonstrando conhecimento dos pré-requisitos necessários a processos de desenvolvimento; • Incentivos fiscais precisam prever as futuras mudanças na legislação tributária; • Há linhas de crédito ofertadas pelos governos estadual e federal.

3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná

EIXO	PRIORIDADE	ARTICULAÇÃO COM O PPA 2024-2027 DO ESTADO DO PARANÁ?	EM CASO POSITIVO, COM QUAL PROGRAMA DO PPA DO ESTADO?	NOME DO PROGRAMA	EXIGE ARTICULAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA?
PESSOAS	PROMOVER CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DENTRO DE CADA REGIÃO	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM
	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO	SIM	21	PARANÁ MAIS TURISMO	SIM
	CAPACITAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	APROXIMAR O ENSINO DAS UNIVERSIDADES E ESCOLAS TÉCNICAS À REALIDADE DAS EMPRESAS	SIM	34	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	SIM
	MODERNIZAR E ATUALIZAR O ENSINO DE MANEIRA GERAL	SIM	32	EDUCAÇÃO: TRANSFORMA PARANÁ	SIM
	ESTIMULAR E FORTALECER O ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO PARA FORTALECIMENTO LOCAL	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	IMPLANTAR A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO DISCIPLINA EM TODOS OS NÍVEIS EDUCACIONAIS, PARA ESTIMULAR OS CIDADÃOS NO MUNICÍPIO A DESENVOLVEREM EMPREGO E RENDA	SIM	32	EDUCAÇÃO: TRANSFORMA PARANÁ	SIM

	DESENVOLVER A CULTURA COOPERATIVISTA, DAR SUPORTE FINANCEIRO E TÉCNICO PARA QUE SEJA ESTABELECIDO SEUS NEGÓCIOS DE FORMA COOPERATIVA	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
INFRAESTRUTURA	MELHORAR E AMPLIAR A MALHA VIÁRIA JÁ EXISTENTE, BEM COMO A ABERTURA DE NOVOS RAMAIS E MELHORAR OS ACESSOS PRINCIPAIS DOS MUNICÍPIOS, VISANDO O MELHOR ESCOAMENTO DOS PRODUTOS CARACTERÍSTICOS DE CADA CIDADE	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	INVESTIR EM ESTRUTURA PARA POLOS UNIVERSITÁRIOS REGIONALIZADOS FACILITANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E MANTENDO A FORÇA DE TRABALHO NA CIDADE	SIM	34	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	SIM
	AMPLIAR O SANEAMENTO BÁSICO E IMPLANTAR POÇOS ARTESIANOS	SIM	19	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	SIM
	INVESTIR EM GERAÇÃO DE ENERGIAS SUSTENTÁVEIS, RENOVÁVEIS, INFORMAÇÃO, INCENTIVO E LINHAS DE CRÉDITO	SIM	23	PARANÁ SUSTENTÁVEL	SIM
	MELHORAR E PAVIMENTAR AS ESTRADAS RURAIS, ACESSO AOS MUNICÍPIOS	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
SISTEMAS PRODUTIVOS	FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR – SUPORTE TÉCNICO E NOVAS ALTERNATIVAS COM O TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES COM INOVAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	INCENTIVAR E DESBUROCRATIZAR PARA APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (EX. MUNICÍPIOS DESATUALIZADOS COM RELAÇÃO A LEI VIGENTE)	SIM	20	PARANÁ: ESTADO QUE EMPREENDE E TRANSFORMA	SIM
	ESTIMULAR A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM

	PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SIM	20	PARANÁ: ESTADO QUE EMPREENDE E TRANSFORMA	SIM
	FOMENTAR A INOVAÇÃO E O EMPREENDEDORISMO NA REGIÃO	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
GOVERNANÇA E GESTÃO	ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, COM PLANOS DE TRABALHO, COM PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS), EM CONFORMIDADE COM O MARCO REGULATÓRIO	SIM	23	PARANÁ SUSTENTÁVEL	SIM
	IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FACILITAR A COMERCIALIZAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS	SIM	5	GESTÃO INTERINSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	SIM
	CONSTITUIR CONSÓRCIOS PARA MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA REGIONAL, POR EXEMPLO, CONSÓRCIO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, BENEFICIANDO AS PROPRIEDADES RURAIS E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	INVESTIMENTOS PÚBLICOS: INFRAESTRUTURA, INCENTIVO FISCAL E TRIBUTÁRIO, LINHAS DE CRÉDITO PARA O SETOR PRODUTIVO	SIM	13	GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	SIM
	MODERNIZAR A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	SIM	7	GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA & COMPLIANCE	SIM